

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALINE SILVA COSTA

A EVOLUÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO ESTADO DO MARANHÃO:

Uma análise entre o período de 2003 a 2013.

São Luís - MA

2017

ALINE SILVA COSTA

A EVOLUÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO ESTADO DO MARANHÃO:

Uma análise entre o período de 2003 a 2013.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof.º. Dr. João Gonsalo de Moura.

São Luís - MA

2017

Costa, Aline Silva.

A evolução do setor de serviços no estado do Maranhão.

: Uma análise entre o período de 2003 a 2013 / Aline Silva Costa. - 2017.

89 f.

Orientador(a): João Gonsalo de Moura.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Economia maranhense. 2. Mercado de trabalho. 3. Setor de serviços. I. Moura, João Gonsalo de. II. Título.

ALINE SILVA COSTA

A EVOLUÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO ESTADO DO MARANHÃO:

Uma análise entre o período de 2003 a 2013.

Monografia submetida à banca examinadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Professor Doutor João Gonsalo de Moura.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Gonsalo de Moura. (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

1º Avaliador
Universidade Federal do Maranhão

2º Avaliador
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho à Sandra Regina Dias Silva e Antônia dos Santos Costa, mãe e avó, meus maiores exemplos de amor, força e determinação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força para superar cada obstáculo e pela oportunidade de viver uma jornada tão gratificante.

Agradeço à minha querida e amada mãe, Sandra, pelo zelo, cuidado, amor e colo em todos esses anos e por ser a maior inspiração de determinação e garra de minha vida. À minha querida avó Antônia (in memoria), que me ensinou à nunca desistir na primeira dificuldade. Agradeço também ao apoio do meu irmão Alyson, por estar sempre ao meu lado.

A Giordano, meu namorado e melhor amigo, que tornou essa árdua jornada mais leve, sendo um grande companheiro e motivador. Agradeço por me ajudar a superar cada dificuldade e pelas preciosas considerações para que eu conseguisse me dedicar incondicionalmente para a finalização deste trabalho.

Aos amigos, em especial Emily, Gisele, Nathália e Luana, pelo incentivo e amizade, que simplesmente não cabe no papel.

Agradeço também pelo apoio, compreensão e assistência inestimável de Laurenice e Valdir, exemplos de grandes pessoas e profissionais.

Aos amigos da turma de graduação, Aloisio Lopes, Rafael Moraes, Larissa Matos, Thaynara Cordeiro, Joana Vieira e Wilson Filho, a vocês toda a minha gratidão por todas as discussões sobre economia que contribuíram significativamente para o meu aprendizado.

Aos professores do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão, pelas instruções e experiências compartilhadas fundamentais para chegar ao fim dessa etapa acadêmica.

Agradeço profundamente ao meu orientador Prof. Dr. João Gonsalo, pelos conselhos e condução que proporcionaram chegar a uma das conquistas mais importantes de minha vida.

Por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente ao decorrer dessa trajetória acadêmica, os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se à analisar a tendência evolutiva do setor de serviços no estado do Maranhão, entre o período de 2003 a 2013. Observando o comportamento do setor no contexto nacional e regional, verifica-se a viabilidade de realização de um estudo neste campo específico. Avaliando a conjuntura econômica maranhense, verifica-se a crescente importância do setor de serviços para o produto e o mercado de trabalho do estado. Para a análise do referido tema, utilizou-se de bibliografias e indicadores econômicos do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Por fim, os resultados mostraram que o setor de serviços foi o que mais contribuiu para o crescimento do produto do estado e o que mais gerou empregos formais para o mercado de trabalho maranhense.

Palavras-chaves: Setor de Serviços; Mercado de Trabalho; Economia Maranhense.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the evolutionary trend of the service sector in the state of Maranhão, between 2003 and 2013. Observing the behavior of the referred sector in the national and regional context, the need for conducting a feasibility study in this Specific field is attested. Assessing the economic situation in Maranhão state, there is a growing importance of the services sector for both the gross product and the labor market of the state. In order to conduct analysis of the referred topic, bibliographic study has been conducted and economic indicators of the Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), *State Institute of Socioeconomic and Cartographic Studies*, and the *Institute of Research in Applied Economics*, the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Brazilian Institute of Geography and Statistics*, Annual Report on Social Information, and the Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), *Brazilian Micro and Small Business Support*. Finally, the results showed that the service sector substantially contributed to the growth of the state's gross product and the one that generated formal jobs the most for Maranhão state labor market.

Keywords: Services sector; Labour Market; Maranhão economy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferença entre bens físicos e serviços	25
Quadro 2 - Classificação do setor de serviços proposto por Browning e Singelman	30
Quadro 3 -Classificação do Setor de Serviços e suas atividades: Estrutura da CNAE 2.0: seções.....	48
Quadro 4 - Atividades do Comércio Varejista no Estado do Maranhão (em %).	75

LSTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação do Valor Adicionado Bruto das Atividades Econômicas em relação ao Valor Adicionado Bruto Total – 1970 a 2000	37
Gráfico 2 - Distribuição da população ocupada por atividades econômicas – 1970 a 1999...38	
Gráfico 3 - Pessoal ocupado por setores econômicos (1999).....	41
Gráfico 4 - Participação das Atividades Econômicas no PIB brasileiro (1999).....	41
Gráfico 5 - Variação Anual do valor adicionado bruto – PIB e Serviços. (%).....	43
Gráfico 6 - Participação no valor adicionado bruto a preços básicos, segundo os grupos de atividades - 2000-2013 (em %).	44
Gráfico 7 - Evolução da Remuneração Média – 2003 a 2013	45
Gráfico 8 - Participação das Atividades de Serviços no PIB – 2003 e 2012 (em %).....	52
Gráfico 9 - Participação do Setor de Serviços no Valor Adicionado Bruto da Região Sudeste – 2003 e 2013 (em %)	55
Gráfico 10 - Variação percentual das atividades de serviços na região Sudeste 2003 – 2013 (em %)	56
Gráfico 11 - Participação do Setor de Serviços Valor Adicionado Bruto da Região Sul por Estado (em %)	57
Gráfico 12 - Variação percentual das atividades de serviços na região Sul 2003 – 2013 (em %)	58
Gráfico 13 - Participação do Setor de Serviços Valor Adicionado Bruto da Região Norte - 2003 e 2013 (em %)	59
Gráfico 14 - Variação percentual das atividades de serviços na região Norte - 2003 e 2013 (em %)	60
Gráfico 15 - Participação do Setor de Serviços Valor Adicionado Bruto da Região Centro Oeste 2003 e 2013 (em %)	61
Gráfico 16 - Participação do Setor de Serviços Valor Adicionado Bruto da Região Nordeste - 2003 e 2013 (em %)	61
Gráfico 17 - Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto do setor de serviços na região Nordeste 2003 – 2013 (em %).....	62
Gráfico 18 - Variação Real do PIB – 2003 a 2013 (em %).....	65
Gráfico 19 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Estado do Maranhão, segundo os grupos de atividades. 2003 – 2013	66

Gráfico 20 - Valor adicionado bruto por mesorregião do Estado do Maranhão de 2003 a 2013	69
Gráfico 21 - Números de estabelecimento comerciais no estado do Maranhão. (Unidades) – 2003 a 2013.	74
Gráfico 22 - Números de estabelecimentos por porte – Maranhão de 2010 a 2013.....	75
Gráfico 23 - Estoque do Emprego Formal, segundo a RAIS - Maranhão - 2003 a 2013.....	77
Gráfico 24 - Desempenho do Emprego Formal no Maranhão, por setor econômico. 2003 a 2013.	78
Gráfico 25 - Estoque de empregos formais, participação por atividade econômica no estado do Maranhão – 2003 e 2013.	80
Gráfico 26 - Remuneração Média Mensal Nominal em Dezembro por Setor – Maranhão, 2003 e 2013.	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pessoal Ocupado por Atividade Econômica - 1990-1999.....	39
Tabela 2 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, por posição na ocupação (trabalho principal) – (%)	40
Tabela 3 - Percentual de pessoas ocupadas segundo os grupos de atividades de serviços– 2003 – 2013.	45
Tabela 4 - Participação das Regiões nos Produto Interno Bruto- 2003-2013.....	53
Tabela 5 - Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto por Região 2013-2013 (em %)	53
Tabela 6 - Participação dos Municípios no PIB Maranhenses. 2003 e 2003.	65
Tabela 7 - Participação das Mesorregiões no VAB das atividades econômicas do Estado do Maranhão - 2003 e 2013 (em %).....	69
Tabela 8 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Norte Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013	70
Tabela 9 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Oeste Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013	71
Tabela 10 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Centro Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013.....	71
Tabela 11 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Leste Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013.....	72
Tabela 12 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Sul Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013.	72
Tabela 13 - Composição do Setor de Serviços no valor adicionado bruto do Estado do Maranhão (em %).	73
Tabela 14 - População Residente no Estado do Maranhão em 2000 e 2010.....	76
Tabela 15 - Número De Ocupados no Trabalho Principal, Segundo Setor De Atividade. Maranhão - 2003 e 2013 (mil).....	77
Tabela 16 - Estoque de empregos formais por atividade econômica no estado do Maranhão em 2003 e 2013	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregiões do estado do Maranhão	67
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>MDIC</i>	<i>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.</i>
<i>PIB</i>	<i>Produto Interno Bruto</i>
<i>ISIC</i>	<i>International Standard Industrial Classification of All Economic Activities</i>
<i>CNAE</i>	<i>Classificação Nacional de Atividades Econômicas</i>
<i>IBGE</i>	<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i>
<i>TIC</i>	<i>Tecnologia da Informação e Comunicação.</i>
<i>CONLA</i>	<i>Comissão Nacional das Nações de Classificação</i>
<i>PAS</i>	<i>Pesquisa Anual de Serviços</i>
<i>PAC</i>	<i>Pesquisa Anual de Comércio</i>
<i>VAB</i>	<i>Valor Adicionado Bruto</i>
<i>SEMA</i>	<i>Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais</i>
<i>SIDRA</i>	<i>Sistema IBGE de Recuperação Automática</i>
<i>IMESC</i>	<i>Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos</i>
<i>SEBRAE</i>	<i>Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas</i>
<i>RAIS</i>	<i>Relação Anual de Informações Sociais</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1. Abordagens sobre o Setor de Serviços nas Teorias Econômicas.....	18
2.2. Definição e Caracterização do Setor de Serviços	23
2.3. Classificação do Setor de Serviços	29
3. O SETOR DE SERVIÇOS NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	34
3.1. Origem da evolução do setor de serviços no Brasil.....	34
3.2. Evolução Recente do Setor de serviços	42
3.3. Estrutura geral do setor terciário brasileiro.....	47
4. SETOR DE SERVIÇOS NO ESTADO DO MARANHÃO	64
4.1. Estrutura Produtiva da Economia Maranhense.....	64
4.2. - Serviços na economia maranhense no período de 2003 a 2013.	66
4.2.1. Serviços e mercado de trabalho maranhense	76
5. CONCLUSÃO	82
6. REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

O setor de serviços passou a ganhar destaque nas análises econômicas brasileiras a partir do final do século XX, quando as transformações econômicas e políticas, ocorridas a partir de 1970, exerceram papel fundamental na evolução das atividades terciárias e no desenvolvimento da estrutura produtiva do país. Segundo dados do MDIC, nos últimos anos o setor de serviços tem influenciado consideravelmente o PIB brasileiro e mostrado uma participação efetiva na geração de emprego e renda.

Para Schumpeter (1997, apud BORTOLUZI, pág. 08, 2007), “o desenvolvimento econômico depende de um conjunto de fatores: descoberta de um novo produto, de um novo processo de produção, de novos fatores produtivos e de novos mercados.” Tal afirmação mostra o valor e relevância das atividades de serviço para o processo de produção de bens e serviços, uma vez que são responsáveis direta ou indiretamente pelo seu consumo.

Dessa forma, faz-se mister a compreensão das implicações desse setor na competitividade das empresas, no mercado de trabalho, na cadeia de abastecimento, no uso de novas tecnologias e no crescimento econômico:

“No século XXI, serviços tecnologicamente modernos, integrados à economia internacional e, sobretudo, associados às outras atividades econômicas serão a principal fonte de criação de valor adicionado e de competitividade e um dos principais responsáveis pelas diferenças de trajetórias de crescimento entre países. Por isto, é preciso, em primeiro lugar, trazer os serviços para o centro da nossa agenda de crescimento econômico e, em segundo lugar, integrá-los às políticas produtivas, tecnológicas, educacionais, comerciais e de investimentos, sob pena de condenarmos a prosperidade do país a avançar lentamente.” (ARBACHE, 2014).

O setor de serviços mostrou-se inescusável para o dinamismo econômico e social das economias brasileira e maranhense nos últimos anos. Com as intensas inovações tecnológicas e a contínua necessidade de integração econômica, o referido setor deve continuar como um dos mais expressivos para a economia, principalmente em razão da sua intrínseca relação com a renda e o mercado de trabalho.

Ao longo dos últimos anos, é perceptível a contribuição do segmento primário para o dinamismo dessa esfera. Entretanto, o setor de serviços mostra-se cada vez mais presente na

economia maranhense, já que com tal evolução, as empresas dos setores primários e secundários utilizam-se de serviços especializados para a produção e, portanto, em muitas ocasiões, dependem das empresas do setor terciário para o seu desenvolvimento.

Apesar de tão presente e dinâmico em nível nacional e estadual, a compreensão da dinâmica do setor em destaque neste trabalho é um desafio em razão da sua heterogeneidade. Observando-se a relevância do mesmo, pode-se perguntar: qual a implicância deste para dinâmica econômica no estado do Maranhão? Quais os segmentos que mais prosperaram? Em qual região do estado o setor apresentou maior taxa de crescimento? Quais os maiores gargalos do setor no estado do Maranhão?

Este trabalho conduziu uma análise no período de 2003 a 2013 sobre tendência e comportamento do setor de serviços no Maranhão, com base em uma avaliação de dados e indicadores socioeconômicos que possibilitaram a averiguação da contribuição do setor terciário para a economia maranhense. Neste contexto, optou-se por analisar a estrutura do setor de serviços maranhenses e suas especificidades, investigar se houve uma evolução homogênea nas mesorregiões do estado e relacionar o desenvolvimento do setor terciário com a renda e mercado de trabalho maranhense.

Observando o comportamento do setor de serviços no âmbito nacional e regional, identifica-se a oportunidade de conduzir uma análise mais detalhada desse campo. Fazendo-se uma ponderação sobre a conjuntura econômica no estado do Maranhão verifica-se a crescente importância do setor de serviços, logo a elaboração de estudos minuciosos sobre o setor de serviços para o estado do Maranhão faz-se necessário.

Para uma ampla compreensão da problemática abordada e consecução dos objetivos propostos nesse trabalho, conduziu-se à uma metodologia qualitativa e quantitativa com levantamento de referências bibliográficas sobre o setor de serviços, além da coleta de dados no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), no Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEADATA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

No início dos anos 2000, a economia maranhense cresceu a taxas maiores que as economias regional e nacional, o que se manteve contínuo por grande parte do período. Concomitantemente a economia brasileira passou por um impulso econômico fortemente

influenciado pelo setor terciário. Em função dos cenários econômicos estadual e nacional, o período para análise do setor de serviços no Maranhão foi definido de 2003 a 2013.

No segundo capítulo são retratadas as distintas abordagens da teoria econômica sobre o setor, apresentando-se também a complexidade de sua definição e caracterização. Na última seção são abordadas as diversas classificações formuladas para os diversos segmentos que compõem o referido setor.

O terceiro capítulo visa demonstrar a estrutura evolutiva e atual do setor de serviços no Brasil. Na primeira seção, realizou-se uma análise sobre as origens da reestrutura produtiva do país, colocando os serviços em evidência. A seção seguinte trata da estrutura do setor nos anos 2000 e seu avanço, especialmente no período definido neste trabalho, objetivando facilitar a compreensão do desenvolvimento das atividades de serviços tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito do estado do Maranhão. Neste capítulo ainda é conduzida uma análise da estrutura geral do setor no país, bem como das diferenças do comportamento no dinamismo econômico de cada região do Brasil.

No quarto capítulo, fez-se uma análise de dados do setor de serviços na economia maranhense, apresentando-se algumas considerações sobre a evolução do produto, do mercado de trabalho e da renda na economia maranhense.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Abordagens sobre o Setor de Serviços nas Teorias Econômicas

Em razão da variedade e intensidade de questionamentos, além das dificuldades encontradas em levantamentos de conteúdo, o setor de serviços causa acentuados debates e controvérsias por parte de autores que tratam das questões pertinentes a sua natureza, almejando facilitar o entendimento das diretrizes necessárias para caracterização e principalmente mensuração dos serviços na atividade econômica. No entanto, com o desenvolvimento vertiginoso do setor nas últimas décadas os autores contemporâneos passaram a vivenciar a necessidade cada vez maior de adequações mais concretas e tangíveis.

Conforme Kon (2004), o início das investigações sobre os setores econômicos surgiu no século XVII, com os fisiocratas, sendo estes considerados os primeiros cientistas econômicos da história. Foram também estes os pioneiros em determinar os fatores responsáveis por compelir o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

François Quesnay — principal personalidade da escola dos fisiocratas e considerado o precursor de muitos campos da teoria econômica, foi um dos responsáveis por promover o introito de um estudo sobre a sociedade como um sistema econômico.

Assim, Quesnay reduzia os cidadãos de uma nação a três classes: a classe produtiva, a dos proprietários e a classe estéril. Por meio do cultivo da terra, a classe produtiva fazia renascer as riquezas anuais da nação. [...] Com uma atuação complementar, a classe dos proprietários compreendia o soberano, os possuidores de terra e os dizimeiros. [...] Por fim, a classe estéril seria formada pelos cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, cujas despesas eram pagas pelas classes produtiva e proprietária. (KON, 2004, p 03)

De acordo com essa primeira visão, os serviços estão inclusos na classe considerada estéril, isto é, atividades que não poderiam contribuir para a renda da sociedade, resultando apenas em exercícios complementares às outras classes. Para os fisiocratas, as únicas atividades que realmente afetavam positivamente a economia eram aquelas ligadas à terra, ou seja, aqueles que Quesnay denominou de classe produtiva e proprietária.

Silva (2006) compreende que historicamente, a visão desenvolvimentista tradicional tratou o setor terciário como um ramo marginalizado, designado apenas para ser complementivo aos setores industrial e agrícola. Desse modo, percebe-se uma interpretação de desabono desde os primeiros escritos sobre o setor.

É necessário ressaltar a origem das diferentes concepções dos autores que trataram do tema, além dos fisiocratas, que relacionavam toda e qualquer produtividade relevante para a sociedade à agricultura.

“A visão dos clássicos a respeito dos serviços e do seu papel na dinâmica econômica tem uma concepção distinta e está relacionada fundamentalmente às diferentes concepções a respeito do processo de geração de valor na economia” (Meirelles, 2006, p. 120).

A base da geração de valor na economia clássica está na compreensão sobre valor de troca e valor de uso. Conforme afirma Meirelles (2004) apud Silva et al. (2006), Adam Smith (1776) não considerava as atividades de serviços como produtivas.

A diferença entre trabalho produtivo e improdutivo em Smith está referenciada numa visão material do processo de valorização do capital. Segundo o autor, um bem só tem valor quando é palpável, concreto, visível e estocável, de forma que o trabalho nele aplicado seja reprodutível, capaz de se perpetuar ao longo das transações econômicas, permitindo a aquisição de novos bens e serviços — ou seja, a perpetuação do valor pressupõe uma base material de suporte. Portanto trabalho produtivo é todo trabalho reprodutível, que forma uma reserva de valor, concreta e material, de modo a possibilitar a acumulação de riqueza. (Silva e Meirelles, 2006, p. 121).

Segundo Silva e Meirelles (2006), a visão de Smith é bem concisa, enfatizando que além de improdutivas, as atividades de serviço são também de baixa rentabilidade. Aliadas do curso da divisão e especialização crescentes do trabalho são atividades incapazes de gerar lucros suficientes para a sua manutenção e expansão.

Mais tarde por sua vez, o pensador clássico David Ricardo (1823) produziu a ideia de que trabalho se torna recurso indispensável, quando afirma que “o valor de todas as mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho incorporada nelas, ou seja, o trabalho é

a contribuição efetivamente do homem sobre a natureza e a única fonte real de todo o valor” (HOLANDA, 1996, p. 12).

Nesse momento da literatura econômica, como citado por Kon (2004), o valor é considerado através das concepções sobre o caráter produtivo ou improdutivo de algumas atividades:

As atividades manufatureiras já passam a ser consideradas produtivas como as agrícolas, ficando reservado aos serviços o caráter de improdutivo. Conforme salientava Smith, outras categorias sociais executavam serviços que, ao morrer no próprio instante de sua execução, não produziam um valor pelo igual quantidade de serviço que poderia ser posteriormente obtida, pois não se fixavam em nenhum objeto permanente ou mercadoria vendável. (KON, 2004, p. 06)

Outra interpretação clássica foi a do economista Thomas Malthus, que baseada na doutrina de Smith, trata basicamente da alteração dos termos “*produtivos*” e “*improdutivos*” pelos termos “*mais produtivos*” e “*menos produtivos*”, uma vez que este afirma que todo tipo de trabalho é produtivo, com distintos níveis de produção de riqueza, sendo que a produtividade das atividades que produzem objetos tangíveis não seria suficiente para garantir uma quantidade de riqueza adequada para a sociedade, colocando o peso das causas da produtividade de atividades de objetos intangíveis na fertilidade do solo e no progresso tecnológico. (KON, 2004)

Ressaltando a importância da literatura marxista para a literatura econômica, nos voltamos para uma visão diferente dos clássicos Smith, Ricardo e Malthus. A visão marxista apesar de ter o mesmo embasamento que Smith, dispõe de um progresso relevante, uma vez que para esta corrente, o trabalho pode ser considerado produtivo:

“Para Marx o importante é que se estabeleça uma relação capitalista de produção, [...] porque todos os serviços cujo processo produtivo se dê em bases capitalistas de produção são considerados produtivos, independentemente do resultado deste processo ser tangível ou intangível.” (Silva e Meirelles, 2006, p 122).

A interpretação de Marx sobre a produtividade do trabalho é focado na oferta, ou seja, a atividade é considerada produtiva quando gera o que o autor denomina *mais-valia*, isto é um acréscimo de valor à produção do trabalho humano, “segundo esta classificação, algumas

das atividades de serviços (principalmente aquelas que dão suporte aos demais setores) são consideradas produtivas” (BASTOS et al., 2008, p. 03).

Silva et al (2006, p. 08) menciona que “para Karl Marx, apenas as atividades de comunicação, de transporte e de armazenamento de mercadorias eram consideradas relevantes no setor de serviços.”

Ressalta-se também a teoria utilitarista, sob uma ótica diferente das abordagens anteriores, que analisa o setor pela perspectiva da demanda. É apresentada segundo a visão dos autores Jean Baptiste Say (1803) e John Stuart Mill (1848):

Para Say, todas as atividades capazes de produzirem utilidade podem ser consideradas produtivas, logo a utilidade é o fator gerador de riqueza. Já para Mill, através da ação transformadora do trabalho humano, são criadas utilidades permanentes as quais permitem a acumulação de riqueza, como por exemplo, os serviços de educação (Meirelles (2006) apud Bastos et al (2008, p. 03).

Kon (2004) aponta que após a teoria utilitarista, o entendimento sobre o setor de serviços ganha importantes proporções na relação de gerador de riqueza na dinâmica econômica, visto que contribuiu para estender as ideias neoclássicas (marginalistas) que se fazem presente em Walras (1874), um dos primeiros autores dessa escola econômica, refletindo as mudanças que estavam acontecendo devido aos avanços organizacionais e tecnológicos da época.

De acordo com Walras, os serviços são classificados como produtivos e improdutivos de acordo com a durabilidade do produto gerado. Quando o produto é absorvido diretamente pelo consumo, o serviço é classificado como consumível. Quando o serviço é transformado em produtos que podem ser novamente utilizados como capital é considerado produtivo. (SILVA e MEIRELLES, 2006, p. 124)

Subsequentemente, influenciado pelo cenário de pós-revolução industrial em que viveu, Alfred Marshall utilizou métodos matemáticos para avançar seus estudos sobre o sistema econômico. Conforme aponta Kon (2004, p. 04), Marshall necessita mensurar empiricamente alguns fenômenos econômicos para fins de análise, preocupando-se com a classificação das atividades produtivas, definindo conjuntos de produtos que poderiam ser agregados em setores mensuráveis. Dessa forma nota-se que:

Ressurge nesse ponto a ideia de utilidade, com o mesmo significado de necessidade, e a noção de que, se por um lado, determinados serviços surgem em atendimento a novas necessidades determinadas pela evolução dos processos produtivos, por outro, o desenvolvimento de novos serviços conduz a novas necessidades. (KON, 2004, p. 14)

Logo, existe uma ideia de complementariedade dos autores clássicos, mas não algo realmente significativo. Silva e Meirelles (2006) demonstram isso quando comparam essa discriminação em relação à produtividade dos serviços com a marginalização que era feita pelos fisiocratas no início do século XVIII em relação à indústria, com a diferença que para os autores clássicos, a riqueza se constitui tanto do produto da terra como também do trabalho humano. Veremos que essa concepção residual persistiu em muitos autores contemporâneos.

O início do século XX foi marcado pelos aprimoramentos de concepções, crise e preocupação sobre avaliações econômicas. A Grande Depressão possibilitou a abertura para novos princípios, em meio a esta, John Maynard Keynes iniciou uma nova visão sobre os setores da atividade econômica baseado na realidade vivida àquela época:

A teoria keynesiana permitiu não apenas a redefinição do conceito do que se considerariam componentes da geração de produto ou renda (e, portanto, bens e serviços produtivos), como também o desenvolvimento de formas de mensuração desses componentes. (KON, 2004, p.18)

Kon chama a atenção para a relevância da teoria de Keynes quando afirma que após a sua contribuição, as atividades de serviços foram aceitas como um setor progenitor de um produto suscetível à avaliação, “como nas demais atividades, embora tais atividades correspondam a um fenômeno consumido no próprio ato de produção”. (KON, 2004, p. 19).

Além disso, Rossetti, (1995 apud Bastos et al.,2008, pg. 02) menciona que a partir da visão keynesiana “as nações passaram a dar maior importância à contabilidade dos agregados econômicos e surge a necessidade de um sistema de medições internacionais”.

Foi a partir do século XX que começaram a surgir grandes esforços para o entendimento sobre o setor de serviços. Na década de 60, o economista William Jack Baumol foi um dos grandes responsáveis pelo surgimento de novas interpelações sobre o setor, criando

uma abordagem que até hoje é conteúdo de intensas discussões, ficando a mesma conhecida como “Doença de Custo”, uma vez que afirma:

“Que o crescimento do setor levaria a uma redução na produtividade da economia, pois à medida do crescimento dos serviços obtivesse um avanço em relação à manufatura, haveria uma perda de bem-estar social em razão de uma troca de atividades progressistas por uma atividade estagnada.” (Baumol, 1976; apud Bastos et al, 2008).

O ponto central da Doença de Custo é associação feita dos serviços a uma qualidade funcional negativa no sistema econômico, haja vista a dificuldade de incorporar avanços tecnológicos no setor, restringindo o crescimento econômico e aumentando os custos com mão-de-obra (CARDOSO, 2014).

Outra abordagem contemporânea relevante na evolução histórica dos serviços foi a do economista austríaco Josef Alois Schumpeter. Em seus estudos, elabora novos questionamentos sobre as características e classificação dos bens e produtos, relacionando-os diretamente com o ato final do consumo. Segundo Schumpeter (1982), a interpretação do cenário muda e se torna mais amplo se o ato de consumir for representado de forma diferente do senso comum, uma vez que, toda atividade que agrega valor ao processo do produto é considerada elemento de produção e, portanto, força produtiva.

Dessa forma, como Kon (2004, p.20) declara “a visão schumpeteriana considera os serviços complementares e relevantes ao consumo, que é o objetivo primordial da produção, e, portanto, imprescindível para a atividade produtiva”.

Nota-se que as discussões econômicas sobre o setor de serviços nos últimos anos tornaram-se mais tradicionais acompanhando o crescimento do setor nas mais diversas economias. A seguir, serão apresentadas as discussões sobre definição e peculiaridades dessas atividades.

2.2. Definição e Caracterização do Setor de Serviços

Para que haja um amplo entendimento sobre a contribuição dos serviços para o desenvolvimento econômico, é fundamental uma análise minuciosa tanto da sua definição como da o vasto corpo analítico das várias especificações encontradas no setor. Contudo, como

citado por Kon (2004), George J. Stigler já afirmava desde a década de 1950 que não existia consenso entre os pesquisadores sobre a conceituação da fronteira ou sobre a classificação dos serviços.

Segundo Gershuny (1987, apud Melo et, al.1998), a dificuldade encontrada na definição de serviços justifica-se pela ampla variedade de atividades incorporas ao setor. O autor afirma que, ao contrário dos setores primário e secundário, que dispõem de uma teoria econômica com vasto corpo analítico, o setor de serviços não motivou a criação de uma conjectura e nem mesmo a elaboração de uma base de dados organizada.

Fundamentada nos antecedentes teóricos apresentados até aqui, observa-se a complexidade que contorna o setor de serviço. Seguindo essa lógica, “a definição de serviços é por si só uma questão controversa, começando pela necessidade de diferenciar produto de serviços, uma vez que normalmente a compra de um produto acompanha algum tipo de serviço.” (SOUZA, 2011).

Silva e Meirelles (2006) observaram tanto nos autores clássicos quanto nos autores contemporâneos a visão de que serviço é realização de trabalho, o que os levou a enunciarem os seguintes princípios:

- a) Serviço é trabalho na sua acepção ampla e fundamental, podendo ser realizado não só através dos recursos humanos (trabalho humano) como também através das máquinas e equipamentos (trabalho mecânico);
- b) Serviço é trabalho em processo, ou seja, serviço é trabalho na concepção dinâmica do termo, trabalho em ação, enquanto o produto, por outro lado é o resultado deste processo;
- c) Todo serviço é realização de trabalho, mas nem toda realização de trabalho é serviço, ou seja, não existe uma relação biunívoca entre serviço e trabalho.

Marshall (1988, apud, KON, 2004, p. 37) evidencia a correlação entre a produção de bens e serviços ao afirmar que: “certos serviços são fornecidos diretamente aos consumidores, mas dependem bastante de bens manufaturados e da infraestrutura para sua criação e entrega”.

O quadro 1 demonstra um resumo simples sob a concepção do autor Grönroos (1995, apud Machado et al, 2006, p. 02) das principais diferenças entre produto, que o autor denomina de bem físico, e serviços.

Quadro 1 - Diferença entre bens físicos e serviços

Produtos (Bens Físicos)	Serviços
Tangível	Intangível
Homogêneo	Heterogêneo
Produção e distribuição separada do consumo.	Produção, distribuição e consumo são processos simultâneos.
Uma coisa (objeto).	Uma atividade ou processo
Valor principal produzido em fábricas	Valor principal produzido nas interações entre comprador e vendedor.
Clientes normalmente não participam do processo de produção.	Clientes participam da produção.
Pode ser mantido em estoque	Não pode ser mantido em estoque
Transferência de propriedade	Não transfere propriedade

Fonte: Grönroos; Fonte: Machado et al, 2006, p.02

De forma simplificada, a diferença dos dois termos está apoiada na distinção de bens tangíveis e intangíveis, sendo o produto o resultado tangível — um bem material de um trabalho intangível¹ — serviços. Por trabalho intangível, considera-se que é viável definir serviços como:

“Atividades econômicas que produzem utilidades relativas a tempo, lugar, forma e benefícios, [...] assim as atividades de serviços tanto facilitam a produção e a distribuição de bens quanto atendem a necessidades da vida pessoal dos indivíduos”.
(KON, 2004, p. 26)

¹ Os bens intangíveis, na taxonomia de Hill (1999), possuem todas as características de um bem, exceto pela existência material. Os intangíveis são originalmente produzidos, tal como os produtos, por pessoas ou empresas engajadas em atividades criativas, de natureza literária, científica, artística ou de engenharia. (SANTOS, J. L. et al, 2006)

Para Hill (1977, apud KON, 2004, p.27), considerada uma das definições mais satisfatórias na literatura, “um serviço é definido como uma mudança de uma pessoa ou de um bem pertencente a uma unidade econômica”.

Demonstrando a complexidade dessa definição, Castells (1989) afirma existir um setor de atividade em vez de um setor de serviços. A existência desse setor de atividades seria mais um dos efeitos do crescimento da heterogeneidade e aperfeiçoamento de uma sociedade evolutiva.

Assim, resumindo algumas definições contemporâneas de serviços, Kon (2004, p. 28) apresenta algumas perspectivas que serão consideradas como bases para a análise deste trabalho, mais especificamente quatro principais linhas de conceitos para serviços:

- I. Indústria de serviços, como sendo a indústria que produz serviços no lugar de bens;
- II. Serviços são bens de consumo ou intermediários intangíveis, que utilizam intensamente o trabalho;
- III. Os serviços são componentes do PNB² que mede o produto de itens intangíveis;
- IV. Serviços referem-se certas vezes a bens intangíveis, sendo uma de suas características o fato de serem consumidos na maioria das vezes no ponto de sua produção.

No contexto de profundas transformações tecnológicas, observam-se diversas interpretações que visam definir as funções adequadas às atividades de serviços. Uma abordagem dessa questão diz que:

“A heterogeneidade dos serviços e, conseqüentemente, as especificidades de suas questões têm sido potencializadas pelo processo de transformação que atingiu a economia mundial e tornou-se conhecido como a terceira revolução industrial. Melo et al (1997, p. 08)”

² Produto Nacional Bruto

A análise do quadro 01 conduz ao entendimento da relação notável existente entre serviços e processos, ou seja, serviço é mais especificamente trabalho em processo. . Por ser um setor de atividades diferenciadas e profundamente distintas, as características atribuídas às atividades de serviços devem ser analisadas de forma que possa contemplar e contribuir para a identificação adequada de cada tipo de atividade. Por isso, serão apresentadas a seguir as abordagens mais aceitas e discutidas.

Há abordagens contemporâneas nas literaturas de autores que interpretam os atributos dos serviços sob duas óticas: (i) sob a perspectiva da oferta e (ii) outra baseada na demanda. Silva e Meirelles (2006) apontam que os autores cuja análise está centrada nas características de oferta, possuem suas raízes nas características do processo de produção e do produto gerado. Já os princípios dos autores baseados na demanda são as características de consumo, relacionadas às funções desempenhadas pelos serviços e o público a que se destinam (indústria, famílias e entidades de governo).

Dessa forma, a interpretação, de acordo com a análise focada na oferta, estabelece três principais características aos serviços:

- a) **A característica de fluxo:** referente às propriedades de simultaneidade e de continuidade do processo de prestação do serviço;
- b) **A característica de variedade:** relacionada à diversidade de técnicas produtivas e às diferenças no tamanho e na margem de lucro das empresas prestadoras de serviço;
- c) **A característica de uso intensivo de recursos humanos:** relativa à importância dos recursos humanos no processo de prestação de serviço, pois é o fator produtivo predominante, já que as atividades dependem essencialmente de recursos humanos para realizar a interface com os consumidores/usuários.

Por outro lado, a análise focada na demanda determina duas características básicas:

- a) **Serviços intermediários (também denominados de serviços produtivos):** faz referência aos serviços destinados para o desenvolvimento das atividades produtivas da indústria e das empresas;

b) Serviços finais (ou serviços de consumo): implica em serviços para o uso individual (serviços domésticos, lazer, entretenimento) e coletivo (segurança, saúde, educação).

Contudo, há autores que defendem a não eficácia dessa linha de abordagem, já que não existem ofertas e demandas bem definidas em grande parte do funcionamento dos serviços (KON, 2004).

Gershuny e Miles (1983, apud Diel; Kroetz, 2008) consideravam necessário para a análise da caracterização das atividades de serviços uma perspectiva de análise mais ampla, que incluísse não apenas as características de consumo e produção, mas também a organização e a estrutura de produção dos serviços. Ou seja, compreender os fatores de oferta e demanda e a interligação necessária entre o processo de produção, produto, consumo e o mercado.

Fundamentado nas abordagens contemporâneas de Browning e Singelman, 1978; Gershuny e Miles, 1983; Nusbaumer, 1984; Walker, 1985; Marshall e Wood, 1995:

“Só é considerada atividade de serviço, a atividade cujo processo de produção é intangível, baseado em insumos e ativos intangíveis, cuja relação de produção e consumo é simultânea e interativa, resultando num produto também intangível e inestocável” (Meirelles (2006, p. 03).

Para compreender as características mais aceitas na natureza da produção, distribuição e consumo dos serviços, a autora KON (2004) apresenta um resumo dos atributos mais comuns na literatura, que serão apresentados a seguir.

Um dos primeiros atributos mencionados é a materialidade, explicando a intangibilidade dos serviços, uma vez que são consumidos no ato de sua produção, não podendo, portanto, serem estocados, mantidos ou trocados. Essa característica leva a outra também mencionada: a efemeridade dos serviços, já que não podem ser estocados, são frágeis e, portanto, possuem breve existência.

O notável contato estabelecido entre o produtor de serviços e o consumidor no processo de produção configura-se como um dos atributos essenciais para a caracterização acurada dos serviços. Além disso, como dito anteriormente, serviço é processo de trabalho, logo

uma das especificidades mais aceitas na literatura é o fato de os serviços terem um alto grau de intensidade de trabalho.

A localidade das atividades de serviços serve também como uma característica ponderosa uma vez que “são localizadas de forma descentralizadas e próximas ao consumidor”, sendo esta uma de suas características mais complexas. Junto com a localidade no caso dos aspectos de difícil mensuração está a eficiência, dado que,

“As medidas de eficiência dos serviços são subjetivas, e o controle de qualidade envolve o consumidor e, estando o mesmo embutido no processo de produção, pois, na maioria das vezes o serviço não pode ser controlado e rejeitado pelo produtor antes de ser efetuado”. (KON, 2004, p. XX)

Dessa forma, constata-se a importância da análise das numerosas vertentes que tentam determinar as especificações das atividades. O fato a ser considerado em relação ao setor é a heterogeneidade apresentada pelas atividades de serviços, fazendo com que novas características e peculiaridades floresçam a partir do crescimento e evolução do setor. Na seção seguinte, trata-se dos diversos fundamentos de classificação dos serviços.

2.3. Classificação do Setor de Serviços

Tão incompreensível quanto a definição e a caracterização é a classificação do setor de serviços. O fato de ser uma área sem uma definição acurada e coletiva na literatura econômica representa um desafio ainda maior no que diz respeito às tentativas de distribuir as diversas atividades que o complementam. Sob essa perspectiva, a classificação das atividades de serviços se torna complexa e com extrema variedade.

Os primeiros estudos sobre a classificação econômica das atividades surgiram na primeira metade do século XX. Entre eles, o sistema Fischer – Clark, um dos mais reconhecidos e aplicados, que será analisado a seguir.

Na década de 30, Fischer classificou as atividades econômicas com base em sua produção, isto é, nos setores primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços). Conduzido pelos mesmos pensamentos de propriedade efluente da maioria dos autores econômicos que considerava o último como sendo o setor de atividade econômica sem peso

econômico, mas com importante expressão na composição do produto interno bruto, isto é, todas as atividades que não poderiam ser inseridas nos dois primeiros setores.

A denominação “serviços”, no entanto, só foi incluída em 1940, através dos estudos do economista Colin Clark que concebeu o conceito residual para o setor terciário, uma vez que a produtividade de tais atividades é complementar, aferida após a mensuração da produção da agricultura e da indústria (KON, 2004). Foi a partir dos estudos de Fischer – Clark que surgiram várias vertentes de formulações para tentar classificar as atividades de serviços.

A primeira contraproposta da teoria Fischer – Clark foi formulada por Fuchs (1968). Essa teoria de classificação pautou-se no critério finalidade de uso, ou seja, características de demanda, a partir do serviço realizado e do tipo de consumidor que usufruiu do serviço. Dessa forma, as atividades de serviços, de acordo com Fuchs, são classificadas em dois grupos principais:

[..] **Serviços intermediários** (também denominados de serviços produtivos) e **serviços finais** (ou serviços de consumo). Os primeiros estariam orientados para o desenvolvimento das atividades produtivas da indústria e das empresas e os últimos para o uso individual (serviços domésticos, lazer, entretenimento) e coletivo (segurança, saúde, educação). (SILVA E MEIRELLES, 2006, p.126)

Outra análise bastante discutida na teoria econômica sobre a classificação de serviços foi feita por Browning e Singelman (1978). Esses autores propuseram uma classificação mais extensa, fundamentada nas características de consumo, nas funções econômicas, no tipo de usuário e na orientação de mercado (MEIRELLES, 2006).

Melo et. al citam a classificação dos autores Browning e Singelman, destacando as características das atividades incluídas em cada categoria.

Quadro 2 - Classificação do setor de serviços proposto por Browning e Singelman

Categorias	Atividades
Serviços produtivos	Atividades intermediárias realizadas pelas empresas durante o processo produtivo, como os serviços financeiros, jurídicos, de informática,

	engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem.
Serviços distributivos	Atividades efetuadas pelas empresas após o término do processo produtivo, como transporte, comércio, armazenagem e comunicação.
Serviços sociais	Atividades realizadas para a sociedade, entre as quais a administração pública, defesa e segurança nacional, saúde e educação, associações de classe.
Serviços pessoais	Atividades realizadas para atender à demanda individual, como hotelaria, bares e restaurantes, lazer, reparação, vigilância, limpeza, higiene pessoal.

FONTE: Melo et. Al. (1997). Elaboração da autora.

Já os autores Gershuny e Miles (1983, apud Diel e Kroetz, 2008) consideravam que apenas perspectivas sob as visões das características entre ofertas e demandas não eram suficientes. E, portanto, uma proposta de tipologia para as atividades de serviços deveria abranger aspectos mais irrestritos dos fatores de oferta e demanda, ao incluir a organização e a estrutura de produção dos serviços.

Nusbaumer (1984, apud Silva e Meirelles, 2006) propôs a classificação de serviços de acordo com a colocação no âmbito de produção e troca, isto é, conforme a função econômica que desempenham. Dessa forma, o autor classificou as atividades de serviços nos seguintes grupos:

a) Serviços primários: fornecidos pelos fatores de produção em todas as atividades econômicas desempenhadas;

b) Serviços intermediários: relacionados à comercialização e posição e distribuição de bens e outros serviços;

c) Serviços finais: relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida dos consumidores finais, englobando inclusive os serviços públicos de segurança, saúde e educação.

Deve-se ressaltar também a abordagem de classificação de origem marxista de Richard Walker (1985) cuja classificação baseia-se no relacionamento entre modo de trabalho e o produto gerado, sendo que esse resultado não contribui diretamente para o lucro do trabalhador. Os serviços de acordo com essa proposta são importantes, entretanto, ficam à margem das atividades industriais (KON, 2004).

A classificação marxista de Walker divide as atividades em quatro grandes categorias: (i) atividades de suporte à produção de mercadorias cujo resultado é um produto concreto e palpável; (ii) serviços de circulação de mercadorias, trabalho, dinheiro e informação; (iii) serviços relacionados a aluguel e transferência de propriedade de ativos; (iv) serviços baseados essencialmente em trabalho público. (SILVA E MEIRELLES, 2006).

Outra abordagem contemporânea relevante para esse levantamento é a de Marshall (1988, apud Kon, 2004), que buscou realçar a correlação entre a produção de bens tangíveis e serviços, afirmando que boa parte dos serviços depende dos bens manufaturados e da infraestrutura para sua criação e entrega ao consumidor.

Com a ampla gama de classificações do setor de serviços, uma classificação padrão foi criada para atender às especificações dos mais diversos países. Assim sendo, grande parte dos setores estatísticos dos países aceitam atualmente a classificação da International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC), formulada em 1968 em Washington, por estudiosos reunidos pela Organização das Nações Unidas para essa finalidade. Assim, essa classificação considera quatro categorias de empresas de serviços:

1. **Serviços Distributivos:** incluem a distribuição física de bens (comércio atacadista e varejista), a distribuição de pessoas e cargas (transportes) e a distribuição de informação (comunicações);

2. **Serviços sem fins lucrativos:** englobam serviços da Administração Pública e outras organizações como sindicatos, templos religiosos, instituições assistenciais, clubes, etc.;
3. **Serviços às empresas:** constituídos por serviços intermediários para os demais setores, nos quais se incluem as atividades financeiras, serviços de assessoria legal, contábil, de informática e outras, e corretagem de imóveis;
4. **Serviços ao consumidor:** consistem em uma gama ampla de serviços sociais e pessoais oferecidos a um indivíduo, muitas vezes para ressaltar a qualidade de vida, como os serviços de saúde, ensino, restaurantes, serviços de lazer e outros pessoais e familiares.

No caso do Brasil, foi adotado um sistema de classificação formulado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que dividiu as atividades terciárias em serviços prestados às famílias; serviços prestados às empresas; serviços de informação; transportes, serviços auxiliares e correio atividades imobiliárias e aluguel de veículos, máquinas e equipamentos, entre outros (SOUZA, 2011). Essa tipologia será mais detalhada no próximo capítulo, no qual será apresentada a estrutura do setor de serviços brasileiro.

Rossetti (1995, apud Bastos et al, 2008) cita a importância desses sistemas de classificação, principalmente a partir das teorias Keynesiana, afirmando que a partir de então, houve uma preocupação generalizada das nações sobre a contabilidade dos agregados econômicos, chamando a atenção para a relevância do surgimento de metodologias de mensuração para o controle de formulações políticas e econômicas para o setor terciário.

Enfim, a análise sobre o setor de serviços evidencia que o referencial teórico sobre o descrito setor ainda está em construção. Portanto, devido à sua extensão e crescimento fazem-se necessários estudos e análises profundas constantes. No capítulo a seguir será apresentado o setor de serviços no âmbito nacional, expondo a relevância para o desenvolvimento da economia, interferindo diretamente na dinâmica e estrutura produtiva por agregar inúmeras atividades.

3. O SETOR DE SERVIÇOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

3.1. Origem da evolução do setor de serviços no Brasil

A economia brasileira passou por mudanças significativas em meados da segunda metade do século XX. A partir da década de 1980, uma reestruturação produtiva começou a se desenvolver no país, conforme explicado por Silva, Filho e Komatsu (pag. 04, 2016), entenda-

se por reestruturação “o processo de longo prazo que altera a composição dos setores de atividade econômica, isto é, a participação desses setores (agricultura, indústria e serviços) no emprego”.

Para entender a influência que o setor de serviços possui no PIB e o seu comportamento no desenvolvimento econômico brasileiro, é necessário ressaltar o contexto econômico que propiciou sua evolução.

Essa transformação já era realidade em economias mais desenvolvidas desde a década de 1960, como apontam Galinari e Junior em sua análise de comparação do comportamento do setor de serviços nos desenvolvimentos econômicos em países com diferentes níveis de renda:

Para países de baixa renda, tal índice manteve-se relativamente estagnado até meados dos anos 1990, crescendo no período recente até chegar à média de 50%. Países de renda média, por sua vez, começaram a experimentar esse crescimento um pouco antes, por volta de 1985 aproximando-se dos 55% em 2010. Esse percentual de 55% ao quais os países de renda média chegaram recentemente corresponde ao que se observava nos países de alta renda já em fins da década de 1960, saltando para 75% em 2010. Os dados mostram, portanto, que, quanto mais avançado o estágio de desenvolvimento de um país, mais cedo começa a escalada do setor de serviços e mais hegemônico é o predomínio desse setor na economia. (GALINARI; RODRIGUES; JUNIOR, 2014)

Melo et al (1998) apontam que este caráter comportamental dos serviços na economia foi desencadeado pela inclusão de um novo paradigma econômico-tecnológico, em que se pode destacar como fator principal a revolução microeletrônica, introdutora de novos produtos e geradora de um processo de reestruturação industrial, caracterizado por avanços expressivos de produtividade e pela internacionalização das atividades econômicas. O surgimento destas novas tecnologias impactou significativamente diversos segmentos do setor de serviços.

No Brasil, a reorganização produtiva ganhou impulso na década de 1970, período em que o país sofreu com a forte desestabilização econômica, resultado dos choques externos ocasionados pela crise no preço do petróleo entre 1973 e 1979. A economia brasileira desacelerou e as pressões inflacionárias alteavam a estagnação do crescimento econômico assim como a dívida pública do país. Consequentemente, políticas de ajustes foram estabelecidas pelo governo brasileiro:

Diante da significativa dependência do Brasil à importação de petróleo e bens de capital e do elevado endividamento externa do país à época, esses choques

condicionaram decisivamente a política econômica brasileira no período de 1974-84, exigindo políticas de ajuste externo. Os distintos modelos de ajuste externo adotados nos governos Geisel e Figueiredo explicam grande parte das diferenças de desempenho da economia ao longo desse período. (Hermann, p.74, 2011)

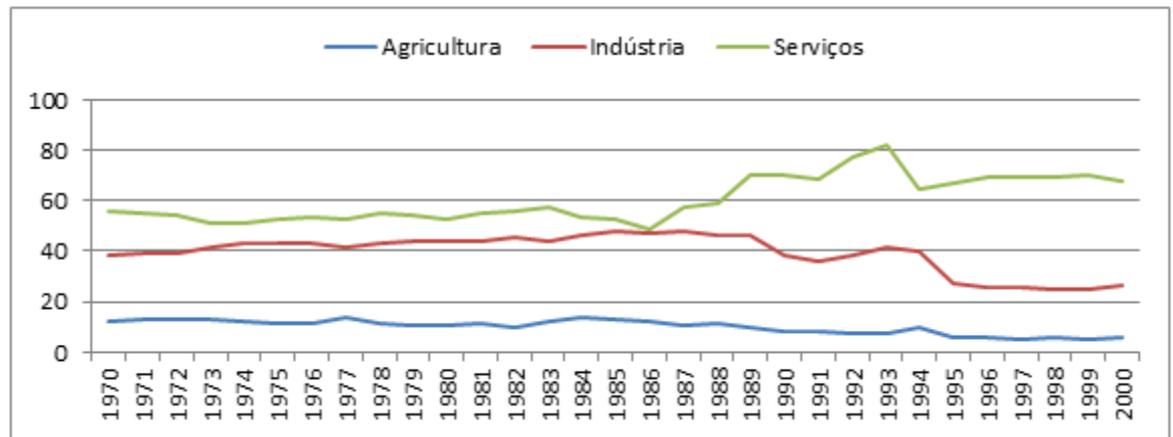
O país, que até então tinha uma economia industrial com mais de 30% na participação do PIB, passou a observar um crescimento acelerado na sua economia de serviços e contração no seu setor industrial.

Clark (1957, apud Silva et. al, pág. 10, 2006) apresentou suas análises sobre crescimento da participação do setor de serviços no produto por meio de duas suposições:

- I.** Os ganhos de produtividade seriam maiores nas indústrias do que nos serviços;
- II.** E a elasticidade-renda da demanda por serviços é maior que a por produtos industriais. A partir disso, o próprio crescimento econômico levaria a uma maior participação dos serviços tanto no consumo quanto no emprego.

No gráfico 1, pode-se analisar o VAB - Valor Adicionado Bruto, que consiste na contribuição das atividades dos setores econômicos ao PIB. Esse dado é obtido pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário incorporado nessas atividades. Dessa forma, é possível observar o retraimento da indústria, além de mostrar o desempenho do setor de serviços que estava e permaneceu estável na década de 70, em torno dos 50%, comprovando a importância do setor em períodos de recessão econômica.

Gráfico 1 - Participação do Valor Adicionado Bruto das Atividades Econômicas em relação ao Valor Adicionado Bruto Total – 1970 a 2000



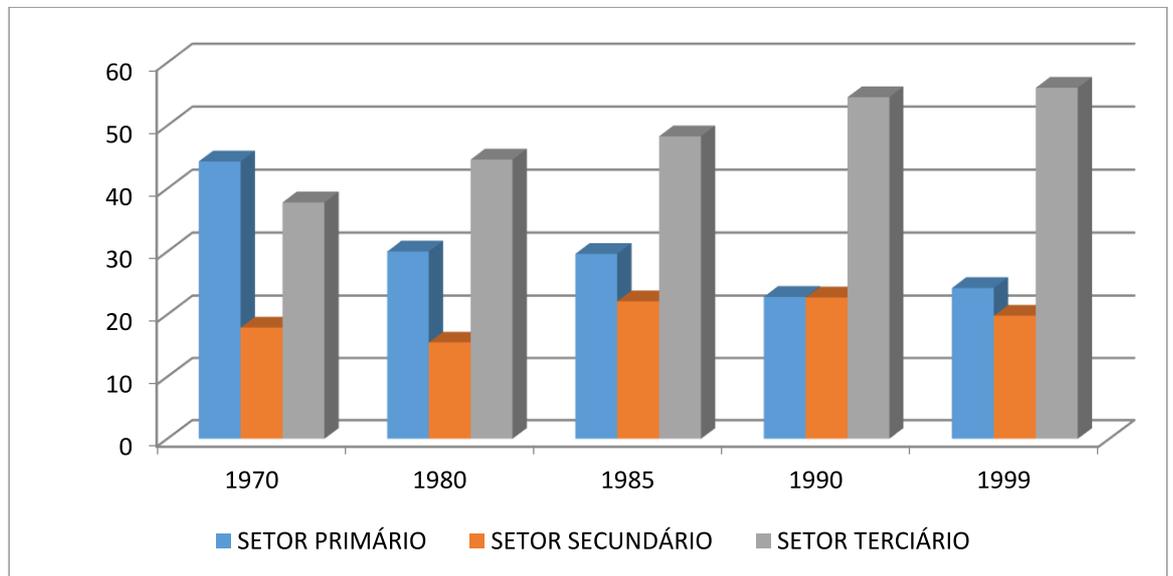
Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 2014; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais. Elaborado pela autora

Entre os anos de 1980 a 1983, a produção do país apresentou taxas negativas. Todavia, o produto do setor de serviços continuou crescendo, ainda que em taxas mais baixas que as anteriores. Ainda analisando o gráfico 1, a partir de 1985 houve crescimento contínuo do referido setor. Essa evolução pode ser explicada pela absorção da mão-de-obra oriunda de outros setores, que começaram a trabalhar de forma autônoma, informal (sem carteira de trabalho assinada) ou com salários inferiores ao demais assalariados do setor formal da economia (KON, p. 20, 1996).

Pode-se considerar, então, que o a evolução do setor de serviços no país foi resultado da limitação da industrialização e de sua capacidade de gerar empregos suficientes no processo de desenvolvimento econômico (PORTELA, 2008, p. 13).

Segundo Arbache (2015, p. 277,), essa expansão das ocupações associadas aos serviços está relacionada (i) às características próprias das atividades do setor, (ii) singularidades, como o baixo custo de entrada em termos de estoque de capital, (iii) tecnologia e (iv) capital humano teriam feito do setor a melhor, senão a única oportunidade de renda e emprego para boa parte do contingente de pessoas que chegava ao mercado de trabalho, especialmente em período de tão baixo crescimento como foram as décadas de 1980 e 1990. O gráfico 02 mostra o crescimento eloquente dessa ocupação entre a década de 1970 e 1990, passando de 37,8% a 58,1% o número de ocupações.

Gráfico 2 - Distribuição da população ocupada por atividades econômicas – 1970 a 1999.



Fonte: KON (2004), pág. 106.

Segundo Marshall & Wood (1995, p. 64, KON, 2004), algumas pesquisas apontam que essa reestruturação do setor de serviços fundamentou-se na divisão espacial de trabalho que afeta o número e as características dos empregos encontrados em diferentes locais. Kon (2006) explica que esta divisão refere-se ao padrão de especialização de trabalho na produção, desenvolvido ao longo do tempo para assegurar o uso eficiente do investimento em capital.

Apesar do crescimento expressivo de suas ocupações, o setor de serviço foi caracterizado neste período como absorvedor da mão-de-obra urbana pouco qualificada, por ser um setor dominado pelas atividades tradicionais, como comércio e serviços pessoais, e por essas atividades absorverem mão-de-obra com esse perfil e serem atividades com baixo teor tecnológico.

O início da década de 1990 foi marcado por outro período de recessão econômico e pela intensificação da reestrutura produtiva iniciada na década anterior. Castro (2011) cita que a crise financeira do Estado foi intensamente acentuada pelos sucessivos fracassos no combate à inflação, considerando o período de 1986 a 1991, em que a economia brasileira foi submetida a diversos Planos de Estabilização³ (Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II).

³ Planos de estabilização econômica com predomínio de desenvolvimentismo protecionista comandado pelo Estado, com o objetivo de promover transformações estruturais de políticas de ajuste externo e combate à inflação (GIAMBIAGI et.al, 2011)

Como a economia do país se debatia em tentativas de combate a essa recessão, a indústria deixava de acompanhar os avanços tecnológicos e organizacionais em rápida propagação nas economias desenvolvidas. Desta forma, estes reajustes provocaram impactos expressivos na produção do país, acarretando em uma perda grave de dinamismo no setor secundário.

A partir de então a participação do setor de serviços no dinamismo da economia brasileira se intensificou e não parou de crescer. Kon (1992, apud DIEL; KROETZ, pg. 300, 2008) destaca que os ajustes promovidos na estrutura produtiva e organizacional nos complexos industriais, foram condições indispensáveis para o crescimento das atividades ligadas à prestação de serviço.

Com o Plano Real em 1994, o cenário econômico brasileiro começou a reagir. A queda das taxas de inflação possibilitou o aumento da demanda por bens de consumo, com forte expansão no surgimento de novos mercados.

Importantes fatores que contribuíram para o crescimento do setor de serviços: (i) o método realizado pelo setor industrial de terceirizar serviços gerais; (ii) drástica redução do número de pessoas com carteira assinada e (iii) o crescimento da informalidade na economia brasileira.

Os dados da tabela 01 mostram o aumento do número de pessoas ocupadas nas atividades de serviços na década de 90, em consequência da falta de oportunidade na indústria e resultante redução de ocupações. Ademais, pode-se observar que o número de pessoas ocupadas nas atividades de serviços é maior que a soma dos dois primeiros setores, comprovando a grande capacidade de absorção do setor.

Tabela 1 - Pessoal Ocupado por Atividade Econômica - 1990-1999

	1992	1994	1996	1998	1999
Agricultura	15.642.100	15.365.300	13.905.800	13.148.400	13.801.692
Indústria	12.283.400	12.370.900	11.982.200	11.730.500	11.203.767
Serviços	31.326.000	32.670.700	33.876.600	34.156.200	33.375.144

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais. Elaboração da autora.

Desagregando e analisando por ocupação, na tabela 02, verifica-se que a relação de pessoas com carteira assinada (empregado) é constante, em torno de 51% a 53%, mas sem muita variação, enquanto o percentual de pessoas informais (sem carteiras assinadas) como trabalhadores domésticos e autônomos é crescente a partir de 1990, demonstrando a evolução de atividades informais com relação à evolução do setor de serviços.

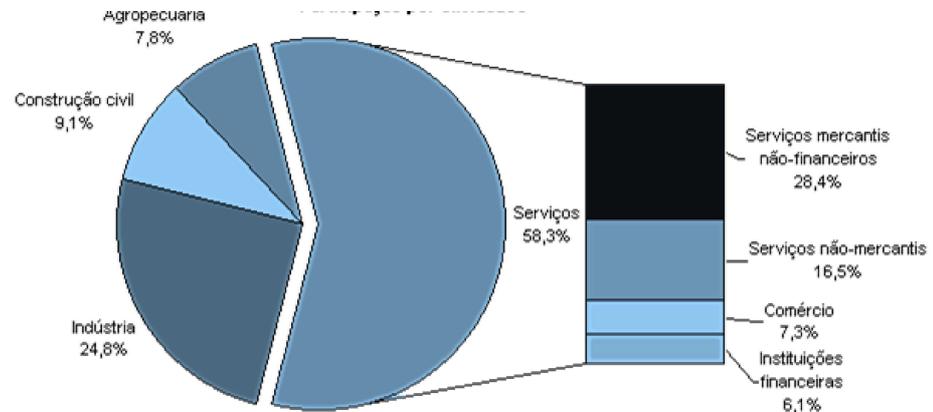
Tabela 2 - População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, por posição na ocupação (trabalho principal - em %)

Ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Empregado	52,3	52,4	51,3	53,1	52,1	52,5	51,4
Trabalhador doméstico	6,7	6,9	7,4	7,4	7,6	7,2	7,4
Conta própria	21,7	21,7	22,5	22,3	22,7	23	23,2
Empregador	3,7	3,6	3,9	3,7	4	4,1	4,1
Não remunerado	10,5	10,4	10	9,1	9	8,7	9,3
Trabalhador na prod., para o próprio consumo	4,9	4,8	4,6	4,2	4,3	4,3	4,5
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007. Elaboração da autora.

Analisando os números do IBGE das atividades de serviços no final da década de 90, nota-se que a participação do setor no produto nacional já representava cerca de 60% e que já era responsável pela absorção de aproximadamente 57% da mão-de-obra do país. Os dados sobre setor de serviços mostram que os anos de 1990 foram intensos e definitivos para a consolidação da reestrutura produtiva na economia brasileira.

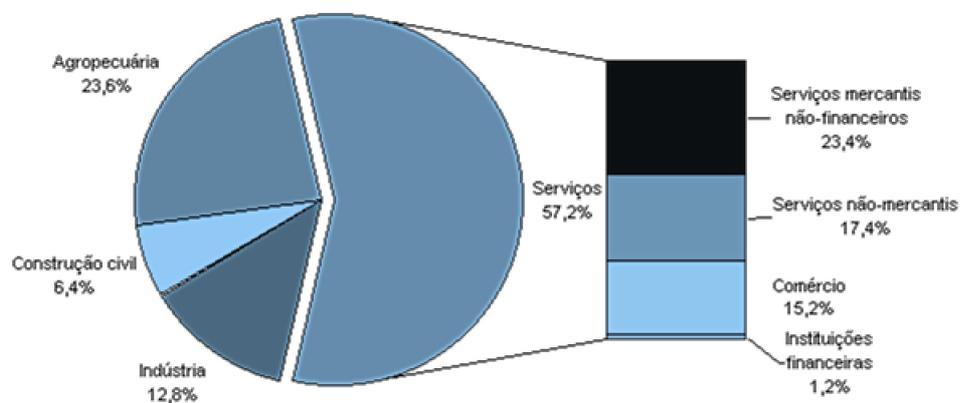
Gráfico 3 - Pessoal ocupado por setores econômicos (1999)



Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analise99.shtm>.

Gráfico 4 - Participação das Atividades Econômicas no PIB brasileiro (1999)



Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analise99.shtm>

Ao observar-se a estrutura das atividades econômicas desde o final do século XX, têm-se duas hipóteses defendidas. Sobre a reestruturação econômica do país, Segundo Arbache (2015), de um lado estão os autores que concluíram que o Brasil estaria experimentando desindustrialização e que seria preciso estimular e proteger mais o setor. De outro, estão aqueles que defendem que a contração da indústria e a expansão dos serviços seria parte da evolução natural das economias modernas e refletiria as condições das vantagens comparativas.

À vista disso, Gonzales (2017) afirma que no final do século XX a economia brasileira passou por um processo chamado de servitização⁴, de acordo com Vandermerwe e Rada (1988), esse processo consiste na oferta de bens pelas indústrias manufatureiras, que buscam aumentar a participação dos serviços nos seus negócios. O processo seria justificado pela percepção das empresas sobre as mudanças no padrão de demanda do consumidor e buscam agregar valor às suas principais ofertas utilizando os serviços para aumentar a sua competitividade.

3.2. Evolução Recente do Setor de serviços

O século XXI começou com a economia brasileira ainda tentando se recuperar da recessão, resultante das políticas neoliberais de reajustes do Estado que ocorreram no final do século anterior. Isso porque houve um comprometimento da economia por causa das altas taxas de inflação, além da continuação da retração do dinamismo econômico do país. A recuperação veio a partir de 2004 com novas políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo, voltadas ao mercado nacional, que possibilitaram uma reação da economia brasileira e um caminho à estabilização.

Por ser um setor tão heterogêneo, as atividades de serviços são capazes de absorver de forma mais intensa o progresso tecnológico resultante da globalização. Da mesma forma que se observou um crescimento em seus serviços tradicionais com mão-de-obra pouco qualificada, o setor de serviços continuou apresentando sinais expressivos de recuperação e dinamismo desde o início do século. Pode-se verificar ao examinar o gráfico 05, que comportamento do setor de serviços se manteve linear com o do PIB, e seu crescimento ficando à frente em vários pontos anuais desde então, principalmente a partir de 2005.

⁴ Termo utilizado para caracterizar o declínio da venda “pura” de produtos em detrimento a inovação nos processos das organizações industriais, que passam a ofertar sistemas de produto-serviço, os quais se complementam entre si e agregam valor um ao outro simultaneamente. (SOUSA; NÓBREGA; DOS SANTOS, 2014)

Gráfico 5 - Variação Anual do valor adicionado bruto – PIB e Serviços. (%)



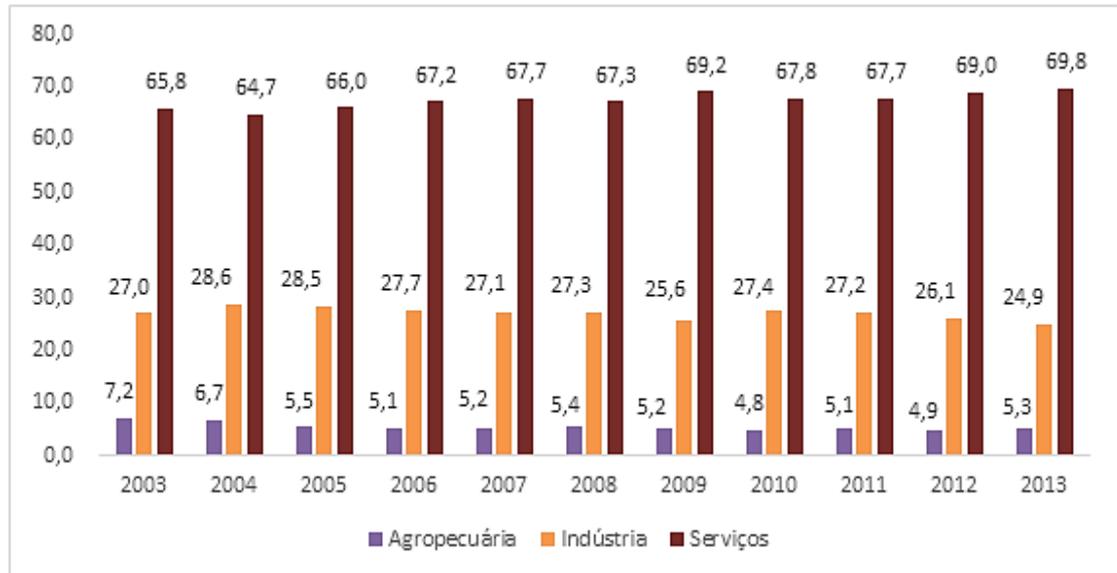
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração da autora.

Segundo o relatório de 2013 das atividades do SIMBRACS – Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços, o setor de serviços vem se destacando e mostrando a sua importância na dinâmica econômica nacional nos últimos anos:

Não é coincidência que, de 2003 a 2013, houve elevação de quase cinco pontos percentuais na participação do setor no Produto Interno Bruto, atingindo quase 70%. Ao mesmo tempo, o comércio e os serviços privados têm gerado cerca de 70% dos empregos formais na economia. Assim, o setor mostra-se pujante, em contexto de desemprego em queda e crescimento da renda e da formalidade. (SIMBRACS, 2014)

O gráfico 06 mostra a participação dos setores econômicos no valor adicionado bruto, nele é possível verificar esse aumento de quase cinco pontos percentuais das atividades de serviços, elevando sua participação de 65,8% em 2003 para 69,8% em 2013.

Gráfico 6 - Participação no valor adicionado bruto a preços básicos, segundo os grupos de atividades - 2000-2013 (em %).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração da autora.

Analisando o pessoal ocupado por os subsetores de serviços, demonstrado na tabela 03, pode-se constatar que as atividades de Outros Serviços (atividades profissionais, técnicas, domésticas, serviços prestados à famílias e empresas) absorveram mais de 40% das pessoas ocupadas no setor de serviços entre 2003 – 2013, em segundo lugar a composição de ocupados nas atividades comerciais marcam o crescimento do setor com participação em torno dos 30%. Logo, os serviços pessoais e informais foram fundamentais para o desenvolvimento dos serviços no âmbito nacional.

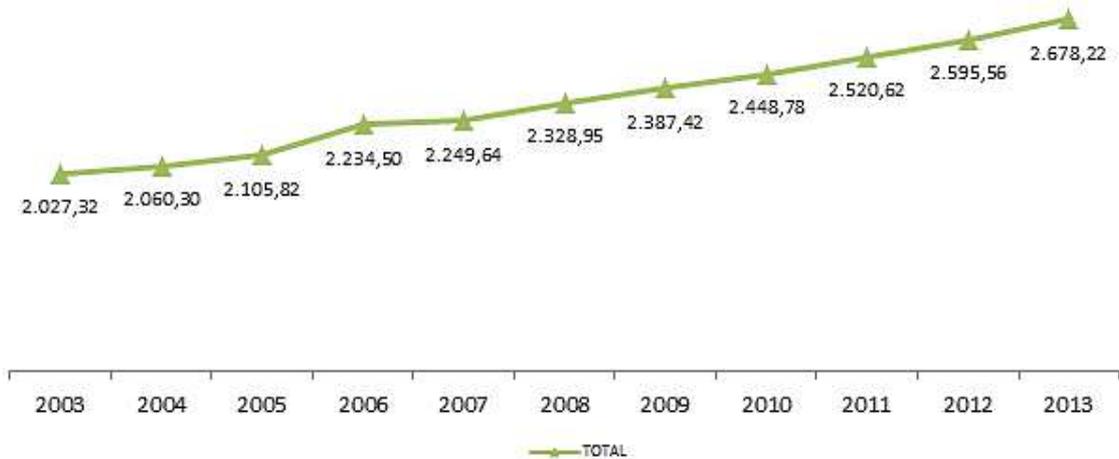
Tabela 3 - Percentual de pessoas ocupadas segundo os grupos de atividades de serviços – 2003 a 2013.

Atividades	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Comércio	29,47%	29,36%	29,07%	28,31%	28,13%	27,70%
Transporte, armazenagem e correio.	6,99%	6,97%	6,90%	6,52%	6,81%	6,91%
Serviços de informação	1,65%	1,73%	1,80%	1,81%	1,92%	1,94%
Intermediação financeira	1,88%	1,76%	1,72%	1,65%	1,73%	1,68%
Atividades imobiliárias	0,59%	0,55%	0,58%	0,52%	0,54%	0,58%
Outros serviços	43,27%	43,58%	43,53%	44,76%	44,23%	43,92%
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.	16,15%	16,03%	16,39%	16,43%	16,64%	17,27%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração da autora.

Outro fator que contribuiu diretamente para o avanço do setor terciário foi o crescimento da renda (gráfico 07), fundamental para aumentar o desempenho de diversos serviços, desde os tradicionais, como de alojamento e alimentação até serviços modernos, como profissionais e técnicos. Entre os anos de 2003 a 2013, a remuneração média dos brasileiros teve um aumento 32,10%.

Gráfico 7 - Evolução da Remuneração Média – 2003 a 2013



Fonte: Rais 2015 – Resultados desagregados. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>.

Sendo assim, Cardoso (2014) divide a expansão do setor de serviços na economia brasileira em três etapas:

1. Intrínseca relação com o setor industrial, ao dispor de um caráter absorvedor de mão-de-obra excedente do processo de industrialização e urbanização, dada a requisição de novos serviços pós-reestruturação da produção industrial;
2. Advento de novos serviços intermediários e finais;
3. Ocorrida nos setores mais maduros, havendo utilização de forma crescente da alta tecnologia e de contratos de trabalho flexíveis para aumentar a lucratividade. As características da prestação de serviços, a diversidade de subsetores e as dicotomias do desenvolvimento entre as regiões do Brasil permitem que todas as etapas do setor coexistam na economia brasileira.

De acordo com Gershuny (apud KON, 2003), em síntese, o crescimento dos serviços pode ser considerado simplesmente como uma manifestação de alterações na divisão do trabalho à medida que ocorre o progresso tecnológico e da criação de indústrias de serviços (de distribuição, bancários e financeiros), além das ocupações de serviços (administradores, tecnólogos e outros profissionais), cujas atividades aperfeiçoam a eficiência do sistema produtivo.

Assim, conforme aponta o MDIC (2015), os serviços estão localizados no centro do debate sobre competitividade e inovação. Trata-se de insumos cada vez mais determinantes para acelerar o crescimento econômico e a produtividade, uma vez que são indispensáveis para

a melhora da intermediação financeira, da infraestrutura, da cadeia de abastecimento (supply-chain), do acesso e do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), da educação, da competitividade do setor de bens e manufaturas e da própria qualidade das políticas públicas. À vista disso, na seção a seguir será apresentada a estrutura do setor de serviços no Brasil.

3.3. Estrutura geral do setor terciário brasileiro

Essa seção apresentará a estrutura do setor de serviços, incluindo as classificações de suas atividades e as formas de mensuração utilizadas pelo Estado para análise macroeconômica.

No Brasil, a classificação das atividades de serviços é monitorada pelo IBGE, órgão responsável pelo Sistema Estatístico Nacional e da administração pública, baseado na *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC)*⁵, a qual é adotada por órgãos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros. Denominada de CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a classificação do IBGE é realizada pela Comissão Nacional das Nações de Classificação (CONCLA)

A CNAE foi oficializada pela primeira vez no Diário Oficial da União (DOU) em dezembro de 1994, resultado de um processo de revisão das classificações mais extenso que os procedimentos periódicos de atualização e aperfeiçoamento até então adotados. A partir de então sofreu diversas atualizações para acompanhar a mudanças estruturais da economia brasileira.

A classificação do IBGE para o setor de serviço possui a mesma visão residual defendida por uma grande parte dos teóricos econômicos e agrega as atividades que não podem ser incluídas nos setores primários e secundários, as chamadas atividades auxiliares.

O setor de serviços possui volume bastante alto de heterogeneidade, o que dificulta a mensuração de atividades. Para melhor entendimento, apresenta-se no quadro 3, a classificação vigente — CNAE 2.0, além da descrição das atividades de serviços de cada seção por Silva (2009), exceto daquelas de organismos internacionais retirado das notas explicativas do site da CNAE.

⁵ Sistema da Organização das Nações Unidas para classificar dados econômicos

Quadro 3 - Classificação do Setor de Serviços e suas atividades: Estrutura da CNAE 2.0: seções

Seções	Atividades
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.	Objetos Pessoais e Domésticos: comércio atacadista e intermediário do comércio; comércio varejista, inclusive comércio e reparação de veículos automotores; comércio ambulante realizado por trabalhadores autônomos em feiras ou ruas; e reparação de objetos de uso pessoal e uso doméstico;
Transporte, armazenagem e correio.	Transporte de passageiros e carga. Inclui a atividade de armazenagem de mercadorias, os serviços prestados para empresas de correios e de comunicações.
Alojamento e alimentação.	Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporários, contendo, ou não, unidades anexas de restaurante. Compreendem também os restaurantes, lanchonetes, cantinas e os serviços de fornecimento de comida preparada, inclusive comida congelada;
Informação e comunicação.	Edição e edição integrada à impressão de atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música e empresas, públicas e privadas, de correios e de serviços expressos de entrega de correspondência e as empresas de telecomunicações.
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.	Bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas, cooperativas de crédito, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento estaduais e BNDES, instituições de crédito imobiliário, financeiras, sociedades de arrendamento mercantil, empresas de factoring, administradoras de consórcio, cartões de crédito, administradoras de fundos de investimentos em títulos financeiros e ações, Inserem aqui, também, companhias seguradoras e de previdência privada que se caracterizam pela

	atividade de transformação de riscos individuais em riscos coletivos;
Atividades imobiliárias.	Imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação; administração de imóveis e os condomínios de prédios residenciais e comerciais, serviços de aluguéis de veículos, máquinas, equipamentos e objetos de uso pessoal. Quanto aos serviços prestados pelas empresas,
Atividades profissionais, científicas e técnicas.	Referem-se às atividades ligadas à área de informática, excetuando-se o comércio de computadores e softwares. Também estão incluídos os serviços prestados às empresas de atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias; serviços jurídicos, contábeis e de assessoria prestados às empresas; serviços de arquitetura; publicidade e propaganda;
Atividades administrativas e serviços complementares	Referem-se às atividades ligadas à agenciamento de mão-de-obra para serviços temporários e serviços de vigilância e segurança prestados às famílias e às empresas e às atividades de limpeza em prédios e domicílios.
Administração pública, defesa e seguridade social.	Administração pública, defesa e seguridade social.
Educação.	Atividades de educação realizadas em todas as unidades dedicadas à prestação do serviço privado de educação
Saúde humana e serviços sociais:	Atividades de saúde realizadas por unidades dedicadas à prestação dos serviços privados de saúde, como hospitais e clínicas privadas e particulares e médicos e dentistas que trabalham por conta própria em seus consultórios; serviços odontológicos; Inclui também os serviços sociais de atenção às crianças, idosos, desempregados e desamparados.

Artes, cultura, esporte e recreação:	As atividades associativas exercidas por entidades empresariais, as organizações religiosas, políticas; as entidades recreativas, culturais e desportivas, inclusive a produção de filmes e vídeo, distribuição de filmes em cinemas e videolocadoras; empresas de rádio e televisão; agências de notícias; teatros, casas de espetáculos, clubes, ginásios e estádios de esportes; bibliotecas, museus e outras instituições destinadas à prestação de serviços às famílias.
Outras atividades de serviços.	Serviços de limpeza urbana e esgoto prestado por unidades produtivas independentes da administração pública. Também estão classificadas nesta seção os serviços pessoais as unidades produtoras de serviços de lavanderias, cabeleireiros
Serviços domésticos:	Atividades realizadas em residências de famílias que contratam empregados para a realização de serviços domésticos de cozinheiras, camareiras, porteiros, jardineiros, babás e outros.
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais:	As atividades de embaixadas e consulados estrangeiros no Brasil as atividades exercidas no Brasil por representantes de organizações internacionais, tais como: as Organizações das Nações Unidas - ONU e de suas agências especializadas e regionais, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional - FMI, etc.

Fonte: SILVA (pág. 65 e 66, 2009).

No entanto, Silva (2009) ressalta que essa classificação do IBGE prejudica a análise macroeconômica do setor em suas singularidades regionais. A dificuldade de mensurar as atividades de serviços com elevada heterogeneidade levou o governo brasileiro à criação de um novo método de avaliação. Sendo assim, no final da década de 90, surgiu a PAS – Pesquisa Anual de Serviços, criada para se tornar a principal fonte de dados sobre a estrutura e funcionamento do setor de serviços do país com três objetivos principais (IBGE, 2001):

1. Urgência na obtenção de dados da grande variedade das atividades de serviços;
2. Demanda das Contas Nacionais por informações sobre as atividades de serviços para a construção de um ano-base (1998);
3. Necessidade de atualização do Cadastro Central nos segmentos das atividades de serviços.

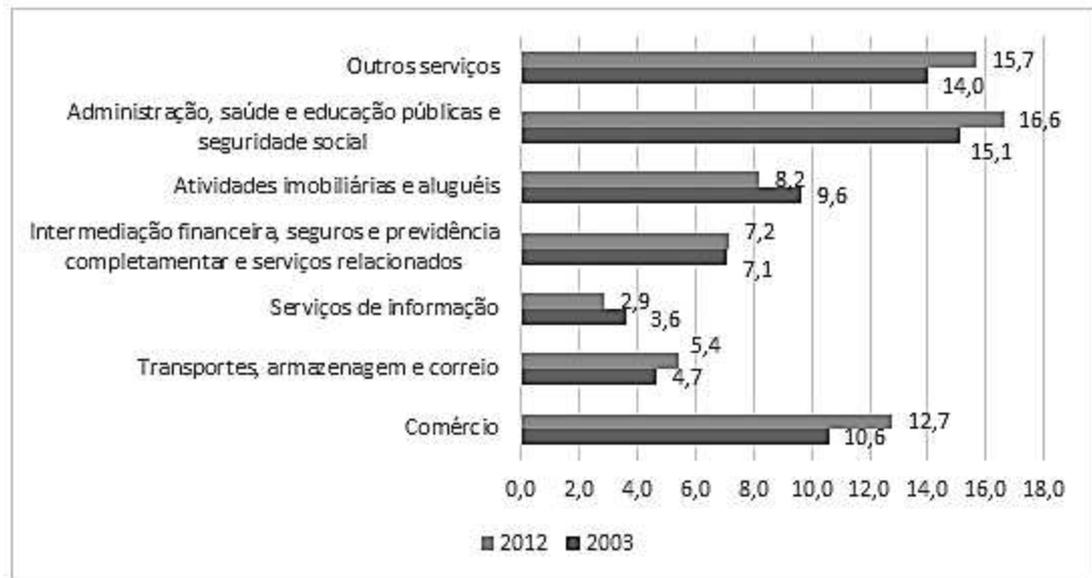
Além da PAS, a Pesquisa Anual do Comércio – PAC é também um importante reforço. Implementada em 1988 para análise do mercado comercial atacadista e varejo, leva em consideração que as atividades comerciais possuem alta participação no setor de serviços. Logo, é possível verificar que a mensuração das atividades de serviços para as análises econômicas ganharam força desde o final do século XX — tardiamente se comparado com os países desenvolvidos.

Apesar dos novos métodos a análise do setor, ainda é considerada insuficiente conforme apontam alguns autores:

“A maior parte dos estudos desenvolvidos até o momento para a economia brasileira tem enfoque no agregado, tanto da economia quanto do setor de serviços em si, ou seja, estudam o setor como a soma de todos os setores conhecidos como serviços no agregado macroeconômico. Ainda é pouco estudado os diferenciais regionais de desenvolvimento e maturidade do setor, muito em função da escassez de dados estatísticos” (Cardoso e Almeida, 2003, pág. 13).

Em relação à evolução dos principais grupos de atividades do setor, nota-se no gráfico 08, que as atividades “Outros Serviços” (alojamento e alimentação, serviços prestados às famílias e às empresas, serviços de manutenção e reparação, serviços de educação e saúde mercantil e serviços domésticos) juntamente com os serviços públicos e as atividades comerciais, foram as atividades que, em conjunto, chegaram a uma representatividade em torno de 45% da participação do setor de serviços na economia brasileira em 2012.

Gráfico 8 - Participação das Atividades de Serviços no PIB – 2003 e 2012 (em %)



Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração Própria.

Um das principais questões ao se analisar as atividades de um setor tão heterogêneo é a capacidade de conseguir observar as singularidades de seus desenvolvimentos regionais dentro do contexto macroeconômico de um país. Por esse motivo, na seção a seguir será analisado o comportamento do setor de serviços em cada região do país.

3.4. Análise da participação regional das atividades de serviço

Segundo Meirelles (2008), o setor de serviços desenvolve características distintas em sua composição interna de serviços modernos e tradicionais entre países de diferentes níveis de desenvolvimento. Tomando-se essa ideia como base, deve-se entender como se dá o desenvolvimento do setor em diferentes níveis nas regiões brasileiras.

Observando a tabela 04, é possível constatar a participação de cada região no produto brasileiro, além da desigualdade entre elas. Nota-se que mais de 50% da geração de riqueza do país está concentrada na região Sudeste, seguido da região Sul e Nordeste, ~~respectivamente~~. Embora permaneça responsável pela maior parcela de contribuição, a região Sudeste apresentou queda no período, ao passo que as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste apresentaram variação positiva de 14,55%, 6,21% e 1,28%, respectivamente.

Tabela 4 - Participação das Regiões nos Produto Interno Bruto- 2003-2013 (%)

<i>Grandes Regiões</i>	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil											
NORTE	4,80	4,90	5,00	5,10	5,00	5,10	5,04	5,33	5,51	5,38	5,50
NORDESTE	12,80	12,70	13,10	13,10	13,10	13,11	13,51	13,45	13,34	13,57	13,60
SUDESTE	55,80	55,80	56,50	56,80	56,40	56,02	55,32	56,13	56,09	55,91	55,27
SUL	17,70	17,40	16,60	16,30	16,60	16,56	16,54	15,96	15,91	15,89	16,52
CENTRO OSTE	9,00	9,10	8,90	8,70	8,90	9,21	9,59	9,13	9,15	9,24	9,12

Fonte: Contas Regionais – IBGE; IBGE. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/defaultrepond_zip.shtm. Elaboração própria.

Ao analisar a participação das atividades econômicas em cada região, entre 2003 e 2013 (Tabela 05), verifica-se que atividades de serviços em todas as regiões do país foram responsáveis por cerca 55 a 70% das riquezas produzidas. Avaliando inicialmente as atividades econômicas na região de maior participação no VAB brasileiro, percebe-se que enquanto a agropecuária e a indústria apresentaram quedas na região Sudeste, o setor de serviços cresceu de 66,19% em 2003, para 71,3%, em 2013, após sucessivas quedas em 2004, 2008 e 2010.

Logo, observa-se que a maior região produtora de riqueza no país possui o setor de serviços como o de maior participação, corroborando a forte relação do setor com a renda de uma região.

Tabela 5 - Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto por Região 2003-2013 (em %)

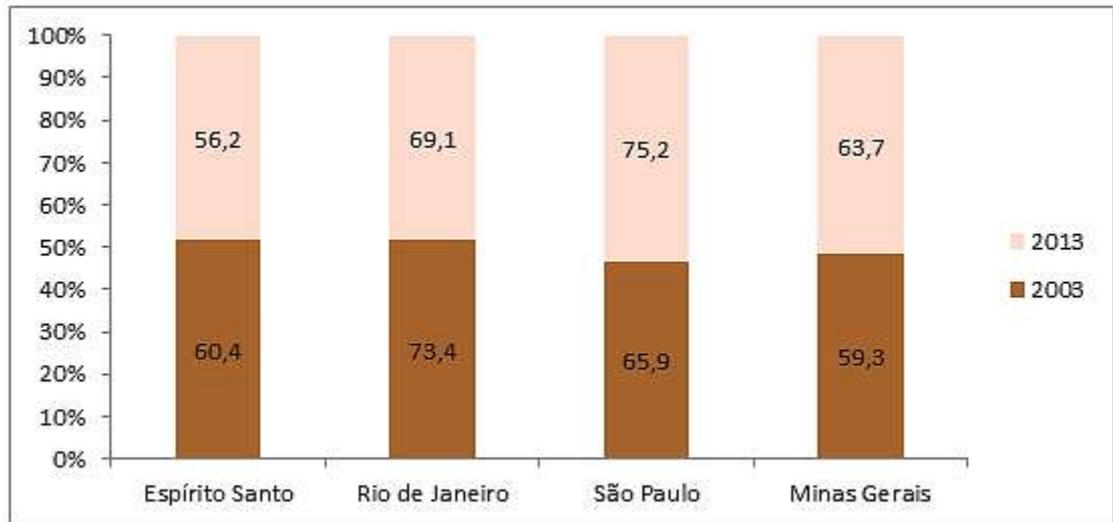
	2 003	2 004	2 005	2 006	2 007	2 008	2 009	2 010	2 011	2 012	2 013
NORTE	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	12,08	10,82	10,59	9,79	9,68	10,03	10,18	9,56	9,25	9,96	10,64
Indústria	29,6	31,7	31,0	31,7	29,6	30,7	27,7	34,1	34,0	30,0	28,84

Fonte: Contas Regionais/ IBGE. Elaborado pela autora.

Serviços	57,5	57,5	58,4	58,5	60,7	59,3	62,1	56,3	56,7	60,0	60,5
NORDESTE											
Agropecuária	9,64	9,22	8,09	7,93	7,79	8,60	7,37	6,58	6,55	5,73	6,20
Indústria	24,72	26,01	25,87	25,25	24,27	24,07	23,70	24,36	23,59	23,53	20,3
Serviços	65,64	64,78	66,04	66,82	67,95	67,33	68,93	69,06	69,86	70,74	73,5
SUDESTE											
Agropecuária	3,57	3,43	3,04	3,11	2,94	2,84	2,81	2,92	3,18	2,92	2,3
Indústria	30,24	32,77	31,59	31,10	30,18	30,65	28,70	29,93	29,44	27,89	26,5
Serviços	66,19	63,80	65,36	65,78	66,89	66,51	68,49	67,15	67,38	69,19	71,3
SUL											
Agropecuária	12,46	10,73	7,88	8,34	8,75	9,51	8,68	8,13	8,21	7,69	9,40
Indústria	29,24	32,02	31,12	29,99	29,16	28,52	29,71	29,79	29,05	27,06	26,50
Serviços	58,30	57,25	61,01	61,67	62,09	61,97	61,60	62,08	62,74	65,25	64,10
CENTRO-OESTE											
Agropecuária	14,16	14,66	11,77	8,88	10,06	11,22	11,17	9,67	9,79	11,34	10,90
Indústria	14,34	15,94	15,70	15,30	15,11	14,81	15,48	16,37	16,30	15,53	16,90
Serviços	71,50	69,39	72,53	75,81	74,83	73,97	73,35	73,96	73,91	73,13	72,20

De acordo com os dados do IBGE (Gráfico 09), o setor de serviços foi responsável por mais 60% da geração de riqueza dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro no período analisado. Em Minas Gerais e Espírito Santo, registram-se todas as taxas acima de 55%. São Paulo foi o estado em que o setor mais se desenvolveu no período, passando de 65,9% de 2003 para 75,2% em 2013.

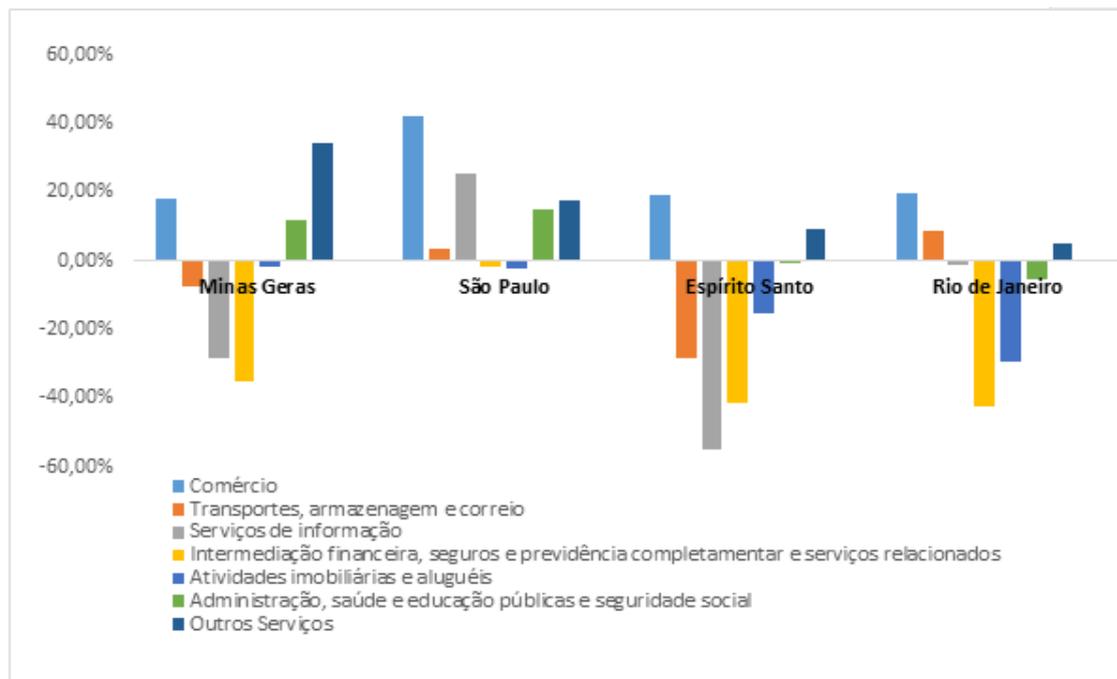
Gráfico 9 - Participação do Setor de Serviços no Valor Adicionado Bruto da Região Sudeste – 2003 e 2013 (em %)



Fonte: Contas Regionais. Elaborado pela autora.

Como é possível observar na análise do gráfico 10, as atividades que mais se destacaram, com variação positiva em todos os Estados da região, foram as comerciais (18,02% - 41,96%), e os outros serviços (5,09% - 34,28%), que englobam atividades prestadas às empresas, como os serviços profissionais e tecnológicos, às famílias e os domésticos.

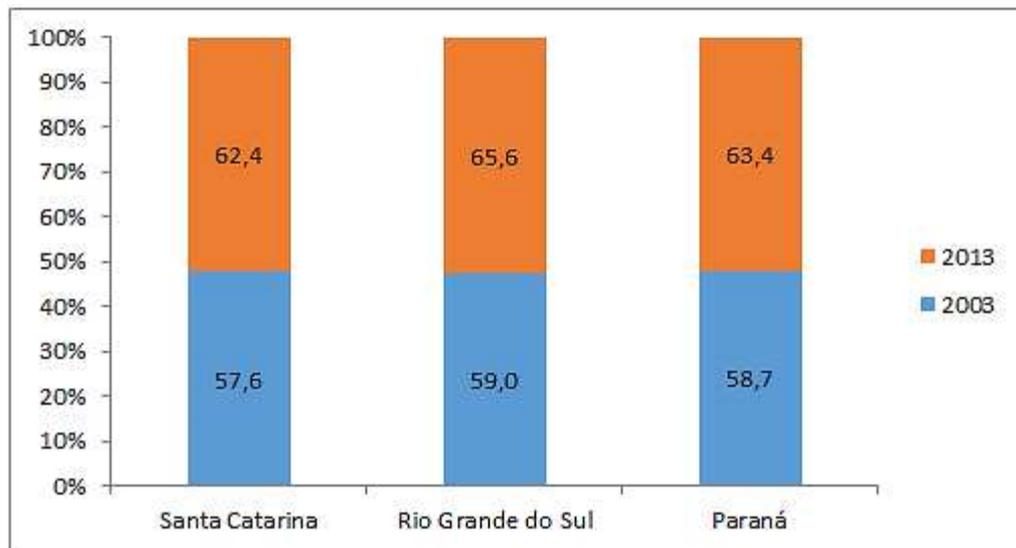
Gráfico 10 - Variação percentual das atividades de serviços na região Sudeste 2003 – 2013 (em %)



Fonte: Contas Regionais – IBGE. Elaborado pela autora.

Nos três Estados da região Sul o setor contribuiu com mais da metade do PIB. Diferente do Sudeste, todos apresentaram crescimento da participação do setor de serviços entre 2003 e 2013 (gráfico 11): Santa Catarina (+8,33%), Rio Grande do Sul (+11,05%) e Paraná (+8,10%).

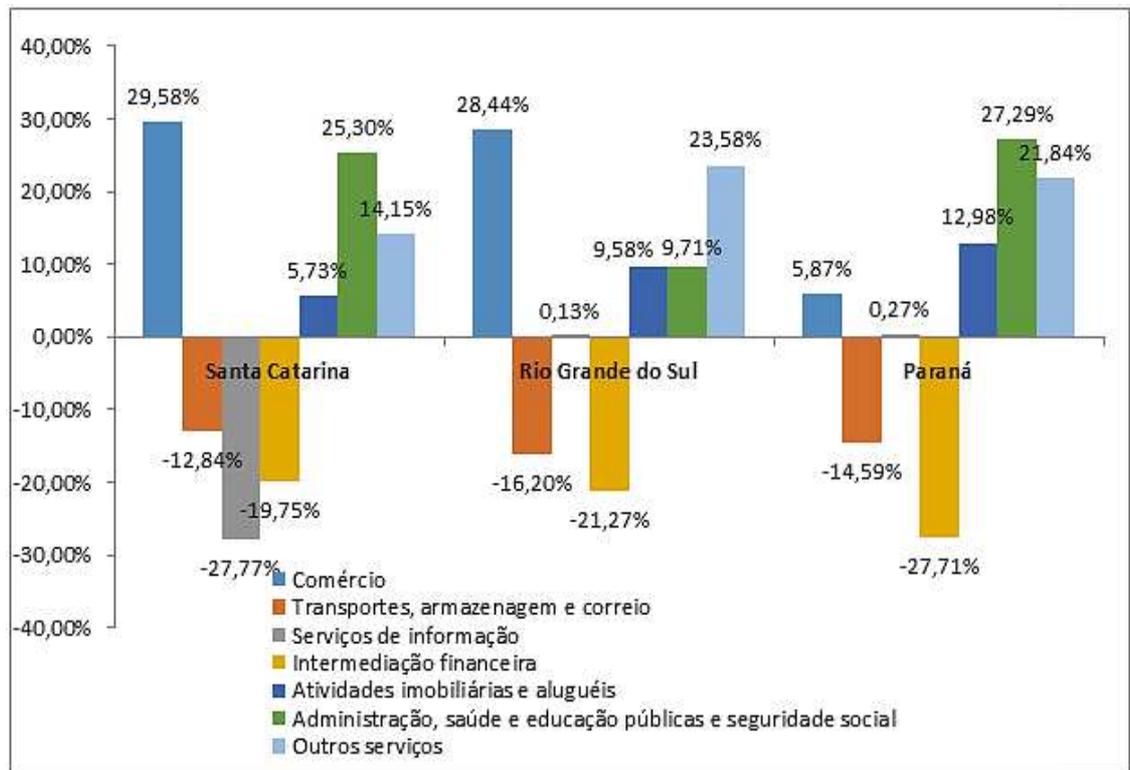
Gráfico 11 - Participação do Setor de Serviços Valor Adicionado Bruto da Região Sul por Estado (em %)



Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaborado pela autora.

Analisando as variações percentuais no período de cada atividade de serviços (Tabela 12), nota-se que o comércio, administração pública e os outros serviços, foram as atividades que mais contribuíram para o desenvolvimento do setor na região. Em contrapartida, as atividades de transporte, armazenagem e correios e as atividades financeiras foram as que mais perderam participação.

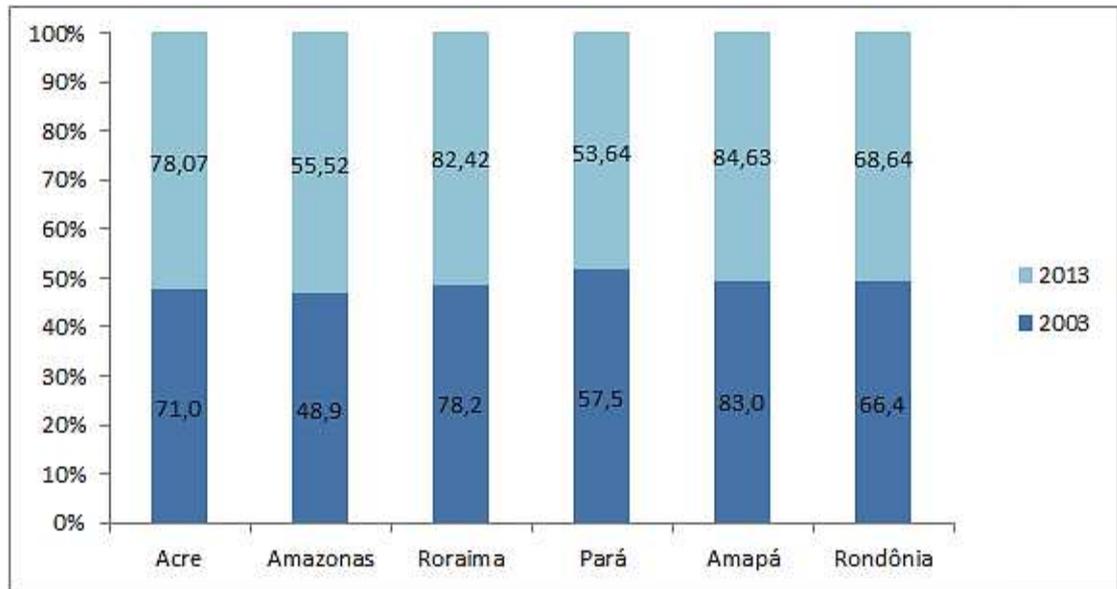
Gráfico 12 - Variação percentual das atividades de serviços na região Sul 2003 – 2013 (em %)



Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaborado pela autora.

Na região Norte, destacam-se os estados do Tocantins, Amazonas e Acre, onde se observa um aumento de participação do setor terciário no período, representando crescimentos de 44,72%, 13,50% e 9,94%, respectivamente. O único estado da região que apresentou queda de participação do setor de serviços foi estado do Pará (-6,70%). Apesar de não ter um crescimento expressivo no período, o estado do Amapá se realça por ser o estado da região que possuiu a maior participação do setor — cerca de 85% do VAB do estado são provenientes das atividades de serviços.

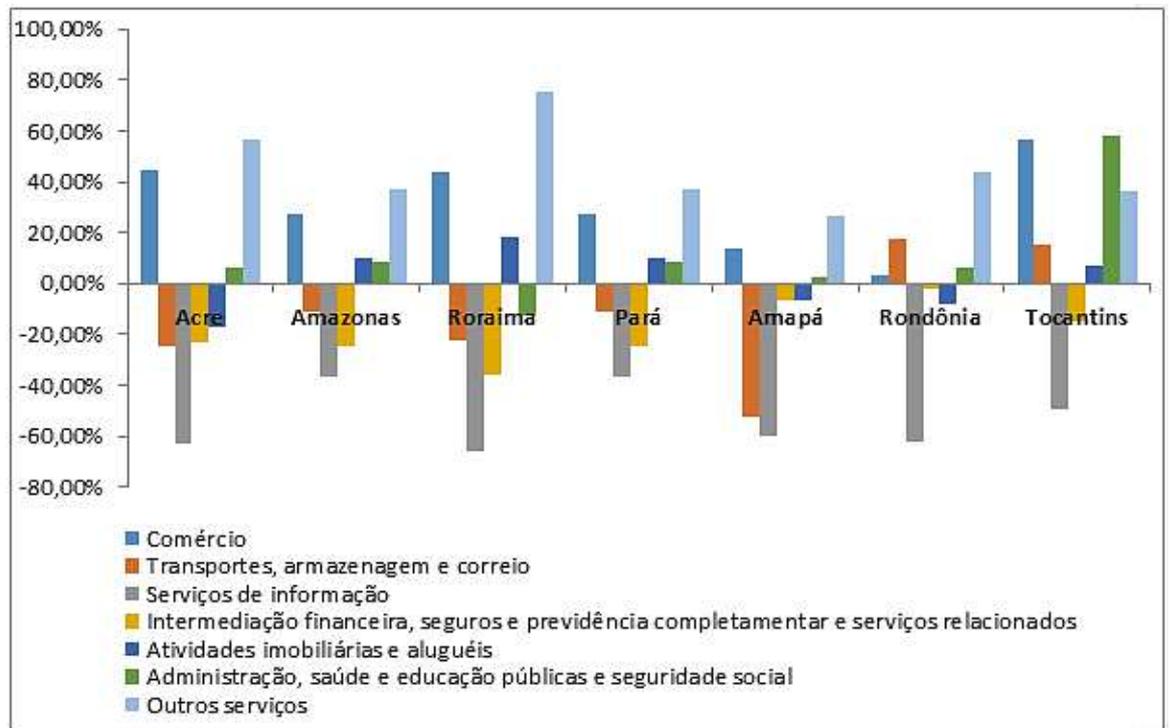
Gráfico 13 - Participação do Setor de Serviços Valor Adicionado Bruto da Região Norte - 2003 e 2013 (em %)



Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaborado pela autora.

Analisando as atividades de serviços na região Norte, nota-se expressivo aumento nas atividades profissionais, técnico-científicas, administrativas, serviços complementares, atividades pessoais, domésticas e o comércio em todos os estados. Por outro lado, os serviços de informação e de intermediações financeiras foram atividades que apresentaram queda em sua participação (Gráfico 14).

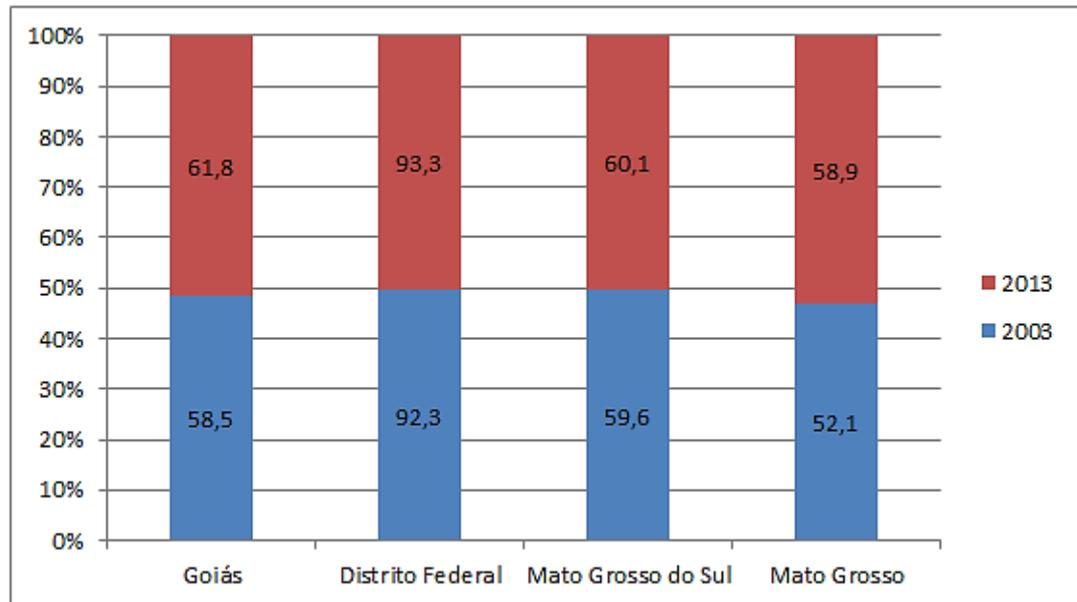
Gráfico 14 - Variação percentual das atividades de serviços na região Norte - 2003 e 2013 (em %)



Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaboração da autora.

O gráfico 15 apresenta a participação do setor de serviços no Centro-Oeste. A partir dele, observa-se a sobressalência do Distrito Federal, onde o setor de serviços abrange mais de 90% do Valor Adicionado Bruto da unidade federativa. No entanto, entre 2003 e 2013, o Mato Grosso foi o estado que apresentou maior evolução do setor de serviços, +12,87%. Segundo dados das contas regionais (IBGE), destacam-se as atividades profissionais, técnico-científicas, administrativas e serviços complementares, com crescimento em todos os estados da região.

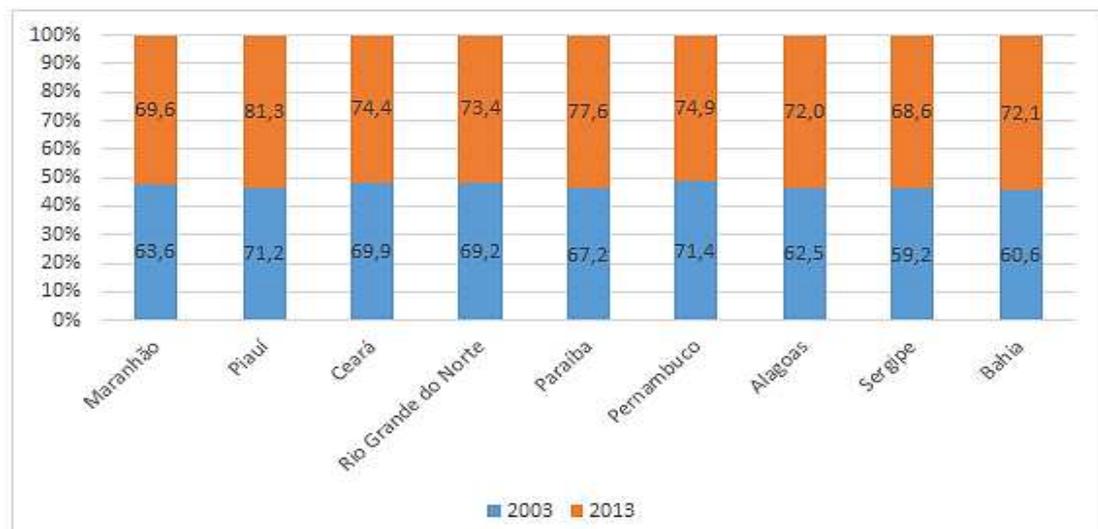
Gráfico 15 - Participação do Setor de Serviços Valor Adicionado Bruto da Região Centro Oeste 2003 e 2013 (em %)



Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaboração da autora.

Na região Nordeste, todos os estados apresentaram crescimento de participação do setor de serviços, com destaque para a Bahia (+18,8%), Sergipe (+15,9%) e Paraíba (+15,4%), conforme gráfico 16.

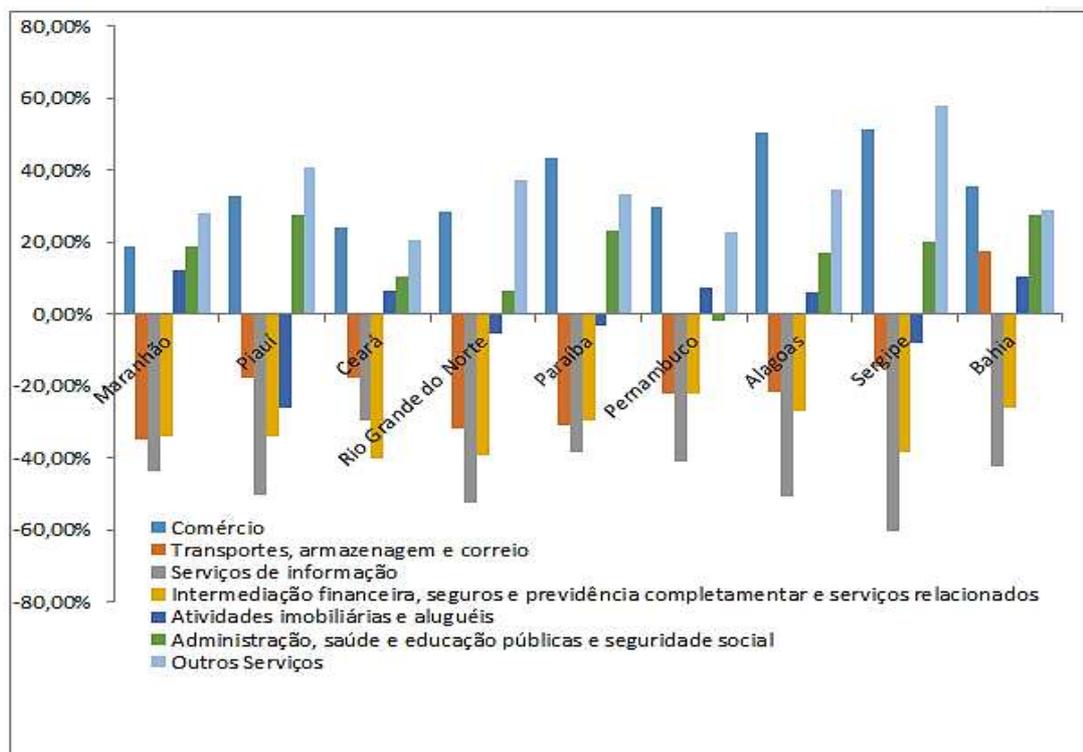
Gráfico 16 - Participação do Setor de Serviços Valor Adicionado Bruto da Região Nordeste - 2003 e 2013 (em %)



Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaborado pela autora.

As atividades de maior evolução na região foram: comerciais, os serviços públicos e outros serviços, que incluem as atividades domésticas, pessoais e profissionais. Por outro lado, os serviços de informação e comunicação, e os serviços financeiros apresentaram queda em todos os estados, como se observa no gráfico 17.

Gráfico 17 - Taxas de variação do índice de volume do Valor Adicionado Bruto do setor de serviços na região Nordeste 2003 – 2013 (em %)



Fonte: Contas Regionais/IBGE. Elaborado pela autora.

Constata-se que o comportamento regional do setor de serviços é notavelmente diversificado no Brasil. No entanto, percebe-se uma elevada participação do setor no VAB de todas as regiões, principalmente nas regiões mais ricas, como Sul e Sudeste, demonstrando que regiões mais ricas tendem a ter um setor de serviços mais participativo.

Portanto, como aponta Silva (2009), a recorrente busca de agilidade e flexibilidade no processo produtivo contribuiu para a ampliação da importância do setor de serviços em todas as regiões do país.

Portanto, defende-se neste capítulo que o setor de serviços é fator importante e participativo na economia brasileira, tanto em representatividade na formação do produto, quanto na produção de empregos formais e ocupações informais.

Logo, seguindo a tendência nacional o estado do Maranhão apresenta alta representatividade do setor. Ressaltando a influência que o setor de serviços possui na economia brasileira, torna-se necessária um estudo aprofundado no estado. Sendo assim, no capítulo seguinte será apresentada uma análise setorial e regional do comportamento do setor de serviços na economia maranhense.

4. SETOR DE SERVIÇOS NO ESTADO DO MARANHÃO

4.1. Estrutura Produtiva da Economia Maranhense

Nesta seção, aborda-se a conjuntura econômica do estado do Maranhão no período de análise definido, bem com uma breve análise da evolução e caracterização da estrutura produtiva, finalizando com um quadro geral do setor de serviços no Estado.

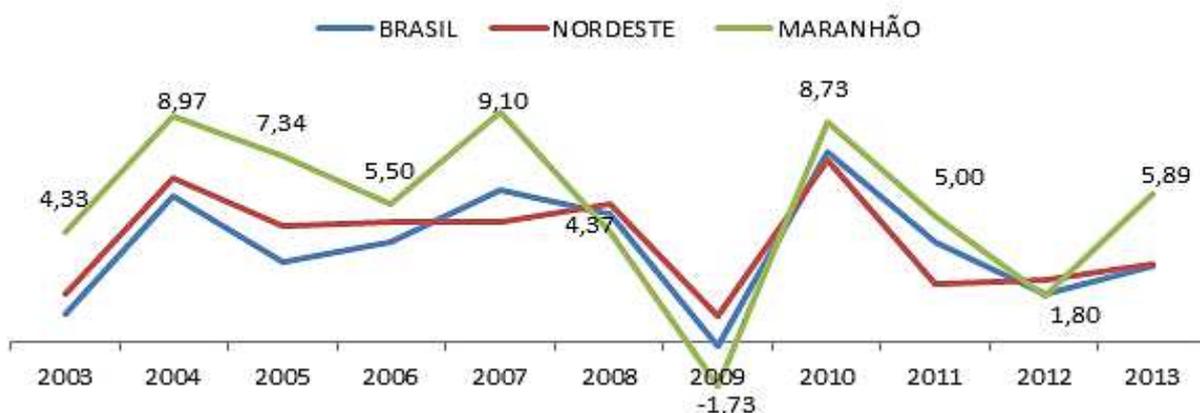
Desde o final do século XX, a estrutura produtiva maranhense era caracterizada principalmente pela agricultura exportada, com produção intensiva de soja nas partes leste e sul do estado, além da cana-de-açúcar para a produção de álcool anidro e hidratado nas regiões Tocantina, Gerais de Balsas e Baixo Parnaíba. Podem-se mencionar também, dada a relevância, a pecuária de corte, além da produção de alumínio e ferro, oriundas do polo industrial de São Luís, das empresas Alumar e a Vale do rio Doce (FILHO, 2015).

Aponta-se a dinâmica do crescimento populacional como uma mudança significativa para a estrutura produtiva do estado do Maranhão neste período:

O século XXI é um período de transição demográfica no Maranhão, notasse que entre as décadas de 1980 e 2000 o contingente urbano foi paulatinamente superando o rural e também ocorreu uma queda na taxa de crescimento da população. Isso tem um significado importante porque interfere em inúmeras variáveis e atividades econômicas, significando menor população no campo e crescimento do mercado urbano, maior demanda por alimento e matéria prima na oferta por bens e serviços coletivos – educação, saúde habitação e saneamento básico (Mesquita, 2011, p. 4).

Segundo Paula e Holanda (2011), os anos 2000 começaram com transformações estruturais importantes para a dinâmica econômica do estado, em contraste à década anterior, que foi um período marcado por crises fiscais e poucos investimentos do governo. Segundo os autores, nos primeiros anos do século XXI, com exceção dos anos de 2008 e 2009, em que o Estado do Maranhão ficou suscetível às oscilações internacionais devido às exportações de commodities, a economia maranhense apresentou taxas de crescimento do PIB maiores que as taxas de decréscimo do PIB da região Nordeste e do Brasil, o que pode ser observado no gráfico 18.

Gráfico 18 - Variação Real do PIB – 2003 a 2013 (em %)



Fonte: Contas Nacionais – IBGE/ IMESC. Elaborado pela autora.

Ao analisar-se a participação no valor adicionado dos estados na região nordeste, a economia maranhense desponta como a quarta maior, com contribuição que varia de 8 a 10% entre 2003 a 2013. Segundo os dados das contas regionais do IBGE, ainda no mesmo quesito, o estado ficou atrás apenas das economias da Bahia, Pernambuco e Ceará. No âmbito nacional a participação do Maranhão no Produto Interno bruto ficou em torno de 1,3%.

Os maiores PIB municipais se concentraram nas quatro principais cidades: São Luís, Imperatriz, Açailândia e Balsas, que respondem por mais de 50% do Produto Interno Bruto do estado, enquanto os outros 213 municípios respondem pela outra parte. (Tabela 6).

Tabela 6 - Participação dos Municípios no PIB Maranhenses. 2003 e 2013.

	2003	2013
São Luís	38,12%	34,22%
Imperatriz	4,98%	7,46%
Balsas	3,09%	3,72%
Açailândia	4,67%	2,34%
Outros Municípios	49,14%	52,27%

Fonte: Contas Regionais /IBGE. Elaborado pela autora.

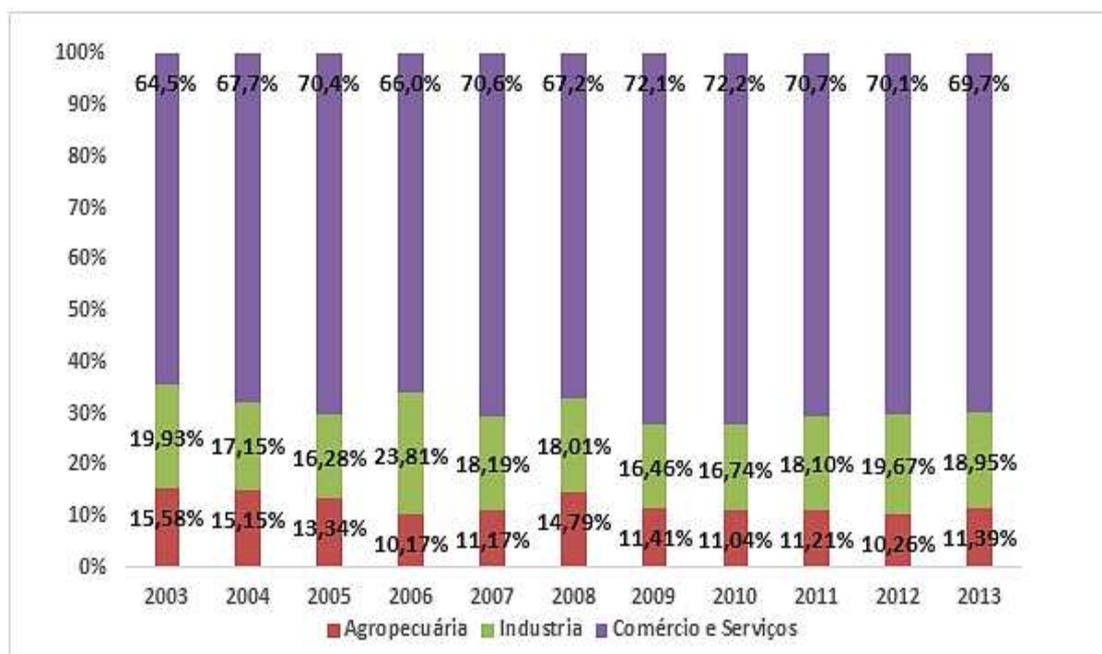
Conforme dito anteriormente, nas últimas décadas, a economia maranhense foi fortemente relacionada aos complexos de alumínio, ferro e commodities, como a soja, sendo

estes os principais fomentadores da dinâmica econômica do estado. No entanto, visando o crescente debate da relação do setor de serviços com o desenvolvimento econômico e a sua evolução na economia brasileira, é importante analisar a dinâmica do referido setor na economia no estado, além da sua participação na geração de emprego e renda, que constitui tema central da seção seguinte.

4.2. - Serviços na economia maranhense no período de 2003 a 2013.

Considerando o período de 2003 a 2013, o gráfico 19 mostra a participação da agricultura, indústria e dos serviços no valor adicionado bruto do Maranhão. Observa-se que o setor de serviços foi responsável pela maior contribuição no valor adicionado bruto na economia do Estado. Além disso, represento maior elevação percentual no período, com crescimento de cinco pontos percentuais, de 64,5 em 2003, para quase 70% em 2013. Observando os dados, constata-se que o setor de serviços no Maranhão seguiu o mesmo percurso do setor de serviços da região nordeste e do país.

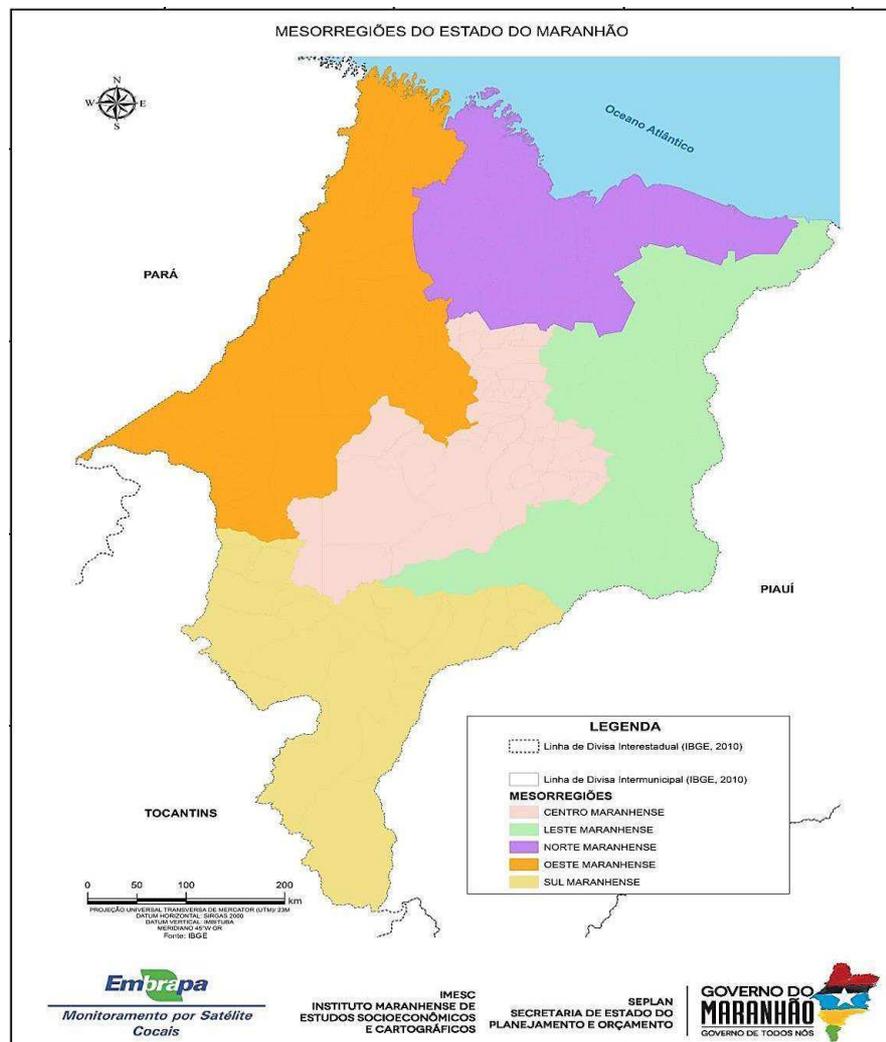
Gráfico 19 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Estado do Maranhão, segundo os grupos de atividades. 2003 – 2013



Fonte: IBGE - Contas Regionais. Elaborado pela autora.

Para melhor entendimento da análise do VAB no setor de serviços no PIB dos municípios, tomam-se como base as mesorregiões do Maranhão. O Estado possui cinco mesorregiões (Figura 01), com 21 subdivisões de microrregiões geográficas, onde estão inclusos os 217 municípios. Segundo informações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, “Os limites municipais foram estabelecidos com base na resolução IBGE N° 05⁶ de 10 de outubro de 2002”.

Figura 1 - Mesorregiões do estado do Maranhão



Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/maranhaoemmapas/Home>

⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao.shtm>.

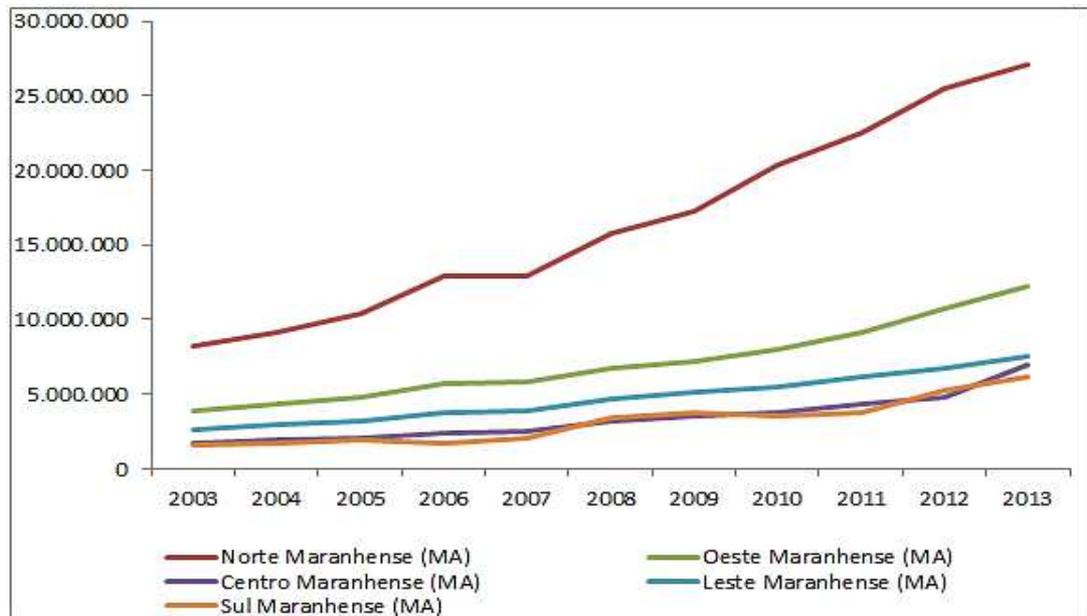
As composições⁷ das Mesorregiões estão descritas a seguir:

- Norte Maranhense – composta por 60 municípios, agrupados em seis microrregiões: Aglomeração Urbana de São Luís; Baixada Maranhense; Itapecuru Mirim; Lençóis Maranhenses; Litoral Ocidental Maranhense; e Rosário;
- Sul Maranhense - composta por 19 municípios, agrupados em três microrregiões: Chapadas das Mangabeiras; Gerais de Balsas; e Porto Franco;
- Leste Maranhense - composta por 44 municípios, agrupados em seis microrregiões: Baixo Parnaíba Maranhense; Caxias; Chapadas do Alto Itapecuru; Chapadinha; Codó; e Coelho Neto;
- Oeste Maranhense - composta por 52 municípios, agrupados em três microrregiões: Gurupi; Imperatriz; e Pindaré;
- Centro Maranhense - composta por 42 municípios, agrupados em três microrregiões: Alto Mearim e Grajaú; Médio Mearim; e Presidente Dutra.

No gráfico 20, verifica-se o valor adicionado bruto de cada mesorregião do estado. Nota-se que a maior evolução foi do Norte Maranhense, responsável por cerca de 50% da renda do Estado. Seguidos da mesorregião Oeste (21%) e Leste (14%). No entanto, tendo em vista a variação positiva, o Centro Maranhense foi a que mais evoluiu no que diz respeito à geração de riqueza no período (+19,69%).

⁷ A composição detalhada das regiões foi retirada do documento “Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no estado do maranhão”, realizada pela SEMA.

Gráfico 20 - Valor adicionado bruto por mesorregião do Estado do Maranhão de 2003 a 2013



Fonte: SIDRA (IBGE). Elaborado pela autora.

Considerando a participação das mesorregiões no Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas no Estado (Tabela 7), verifica-se que o Norte maranhense é a que mais contribui para a atividade de Serviços, apesar de apresentar uma pequena queda de participação no período. O Norte destaca-se também pela participação na Administração, saúde e educação públicas, seguridade social e na Indústria. Em relação à Agropecuária, destaca-se a mesorregião Sul.

Tabela 7 - Participação das Mesorregiões no VAB das atividades econômicas do Estado do Maranhão - 2003 e 2013 (em %)

	Agropecuária		Indústria		Serviços		Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.	
	2003	2013	2003	2013	2003	2013	2003	2013
Maranhão	2.807.839	6.834.851	3.592.194	11.376.632	7.597.303	27.194.496	4.027.985	14.622.907
Norte Maranhense	16,6	18,2	56,9	51,7	54,3	52,1	38,3	39,5

Oeste Maranhense	24,9	24,2	19,9	16,0	21,2	20,7	22,0	21,8
Centro Maranhense	15,2	14,7	5,0	14,5	7,5	8,8	14,4	13,3
Leste Maranhense	17,2	11,9	14,7	6,7	10,3	11,1	20,6	20,3
Sul Maranhense	26,2	30,9	3,6	11,1	6,7	7,3	4,8	5,1

Fonte: SIDRA (IBGE). Elaborado pela autora.

Constata-se que a maior participação do setor de serviços é da mesorregião mais desenvolvida do estado — região Norte, onde se encontra a capital, São Luís. E as regiões mais pobres, como o Centro Maranhense, apresentam pouca participação. Ou seja, assim como no contexto nacional, a maior participação do setor no VAB constitui um indicativo do grau de desenvolvimento das mesorregiões maranhenses. Logo, regiões mais ricas são caracterizadas por uma forte participação do setor de serviços.

Analisando os setores econômicos por mesorregião nota-se que no Norte Maranhense (Tabela 08), o setor de Serviços é o de maior contribuição abrangendo 52,36% do VAB da região, em 2013, seguida pela Administração Pública que contribuiu com 21,33%. Destaca-se também que esta foi a atividade de maior crescimento entre 2003 e 2013, apresentando variação de +13%. Em contrapartida, a maior perda de contribuição foi da Agropecuária que teve uma variação de -19%.

Tabela 8 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Norte Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013

Norte Maranhense					
	2003	%	2013	%	Var. (%)
Agropecuária	465.478	5,69%	1.247.296	4,61%	-19%
Indústria	2.043.998	25,00%	5.879.221	21,71%	-13%
Serviços	4.127.003	50,47%	14.177.809	52,36%	4%
Administração Pública	1.540.756	18,84%	5.775.555	21,33%	13%

Fonte: SIDRA (IBGE). Elaborado pela autora.

No Oeste Maranhense (Tabela 9), o setor de maior contribuição no VAB é o de Serviços, passando de 41,20%, em 2003, para 45,82%, em 2013. A Administração Pública foi o setor que mais evoluiu no período (+14,35%). Além disso, observa-se queda de participação da Agropecuária e Indústria.

Tabela 9 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Oeste Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013

	Oeste Maranhense				
	2003	%	2013	%	Var. (%)
Agropecuária	698.124	17,87%	1.654.117	13,47%	-24,65%
Indústria	713.453	18,27%	1.817.155	14,80%	-19,00%
Serviços	1.609.186	41,20%	5.627.495	45,82%	11,22%
Administração Pública	885.218	22,66%	3.182.842	25,92%	14,35%

Fonte: SIDRA (IBGE). Elaborado pela autora.

Diferente das mesorregiões Norte e Oeste observa-se na tabela 10 que o Centro maranhense é mesorregião de menor concentração dos setores. Apesar dos Serviços serem o setor que mais contribuiu no VAB, possui uma participação menos significativa (34,19%, em 2013) na região, com uma variação positiva de +5%, devendo-se à evolução expressiva do setor industrial, passando de 10,13%, em 2003, para 23,62%, em 2013.

Tabela 10 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Centro Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013.

	Centro Maranhense				
	2003	%	2013	%	Var. (%)
Agropecuária	427.024	24,30%	1.005.898,00	14,36%	-41%
Indústria	178.036	10,13%	1.654.633,00	23,62%	133%
Serviços	571.204	32,51%	2.395.063,00	34,19%	5%
Administração Pública	580.990	33,06%	1.948.828,00	27,82%	-16%

Fonte: SIDRA (IBGE). Elaborado pela autora.

Nota-se na tabela 11 que no Leste Maranhense, destaca-se a Administração Pública como o setor de maior contribuição, 39,86% em 2013. No entanto, o setor que apresentou maior

taxa de crescimento do VAB foram os Serviços, com um aumento de 33,50% de 2003 para 2013. A Indústria e a Agropecuária apresentaram drásticas quedas no período nessa mesorregião, -49,84% e -41,50%, respectivamente.

Tabela 11 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Leste Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013.

Leste Maranhense					
	2003	%	2013	%	Var. (%)
Agropecuária	482.129	18,40%	812.822	10,77%	-41,50%
Indústria	527721	20,14%	762853	10,10%	-49,84%
Serviços	782217	29,86%	3009168	39,86%	33,50%
Administração Pública	827876	31,60%	2964945	39,27%	24,28%

Fonte: SIDRA (IBGE). Elaborado pela autora.

No VAB da mesorregião Sul (Tabela 12), predominava a maior contribuição da Agropecuária em 2003. No entanto, em 2013, apesar do setor manter essa posição, o apresentou taxa de decréscimo de -26,4%. Em compensação a Indústria cresceu de 8,24%, em 2003, para 20,66%. O setor de Serviços ocupou a segunda posição em relação à contribuição no VAB e apresentou um comportamento contínuo no período, isto é, sem evolução.

Tabela 12 - Contribuição no Valor adicionado Bruto do Sul Maranhense, segundo os grupos de atividades 2003 e 2013.

Sul Maranhense					
	2003	%	2013	%	Var. (%)
Agropecuária	735.084	46,97%	2.114.718	34,59%	-26,4%
Indústria	128986	8,24%	1262770	20,66%	150,6%
Serviços	507693	32,44%	1984961	32,47%	0,1%
Administração Pública	193145	12,34%	750738	12,28%	-0,5%

Fonte: SIDRA (IBGE). Elaborado pela autora.

Logo, pode-se constatar que a contribuição dos serviços, incluso a Administração pública, é predominante em todas as mesorregiões do Estado. Comprova-se dessa forma, a evolução homogênea do setor de serviços nas mesorregiões do Maranhão.

Deve-se, então, verificar a composição do setor terciário no estado. Observa-se na Tabela 13, a contribuição de cada subsetor que compõe o setor de Serviços. Segundo dados do IMESC (2010), um dos principais responsáveis pelo crescimento do setor de serviços no início do período analisado foram às atividades comerciais. Como pode ser observado na referida tabela, na composição do setor na economia maranhense, os serviços públicos e o comércio são as atividades que mais contribuíram para essa evolução.

Tabela 13 - Composição do Setor de Serviços no valor adicionado bruto do Estado do Maranhão (em %).

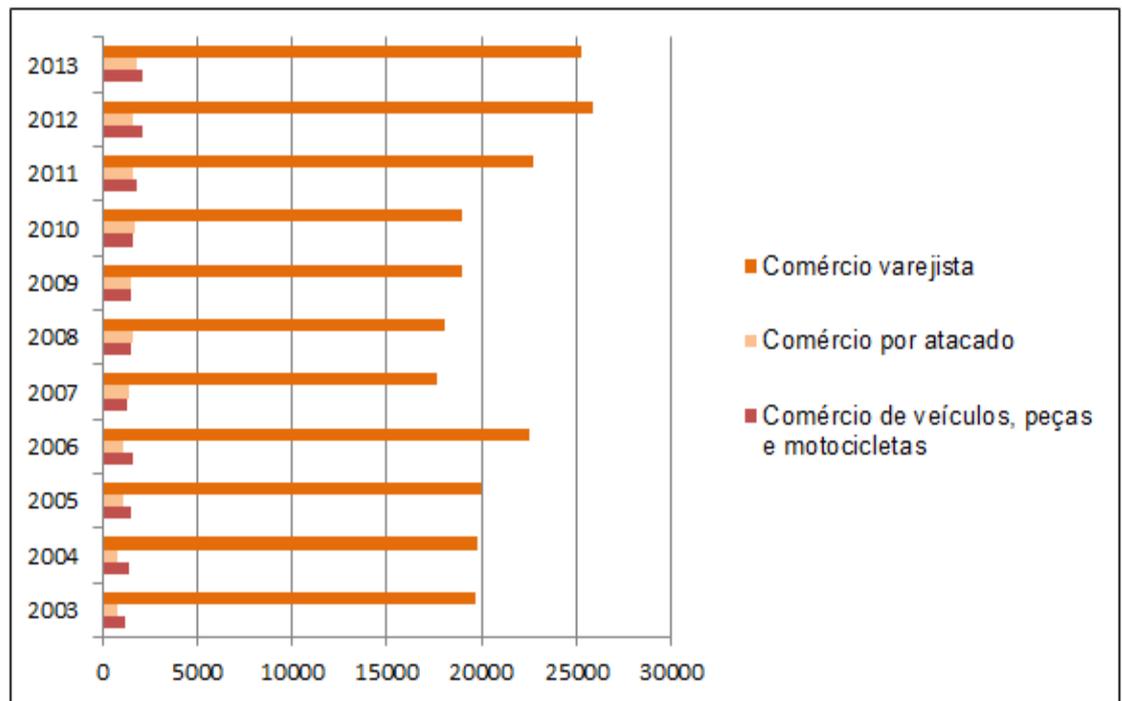
	Comér cio	Trans. Armaz e Correios	Aloj. e Alim	Inf. e Com.	Instit. Financ eiras	Ativ. Imob.	Servi. Prest. às empr.	Serv. Publ.	Educ. e Saúde Priv	Outr os Serv.
2003	12,87	2,96	1,91	1,87	2,08	11,53	3,80	22,35	3,04	2,10
2004	13,61	5,39	2,06	1,96	2,07	11,30	3,83	22,17	2,78	2,51
2005	17,73	4,56	2,23	2,09	2,16	10,81	3,56	22,73	2,17	2,36
2006	14,80	3,58	2,44	1,77	2,08	9,88	4,30	22,43	1,98	2,77
2007	15,84	4,14	2,83	1,97	2,27	11,16	3,29	24,18	2,12	2,84
2008	16,10	4,37	2,53	1,53	1,92	10,21	3,58	22,68	1,83	2,44
2009	18,52	4,29	2,46	1,25	1,96	10,38	3,45	25,29	1,85	2,66
2010	17,49	4,48	2,83	1,33	2,01	10,18	4,29	25,44	1,81	2,37
2011	15,13	5,18	2,84	1,31	1,87	9,71	4,75	25,63	1,97	2,31
2012	15,36	4,60	3,87	1,16	1,81	8,67	5,28	24,81	2,22	2,28
2013	15,21	3,91	2,48	1,38	1,85	10,87	4,68	24,36	2,36	2,56

Fonte: Contas Regionais – IBGE. Elaborado pela autora.

Apesar dos serviços públicos serem o setor de maior contribuição, a atividade de maior evolução no período foi o comércio, passando de 12,87%, em 2003 para 15,21% em 2013, obtendo assim um ganho de 2,34 pontos percentuais. Para conseguir observar detalhadamente a estrutura das atividades comerciais, utilizam-se os dados da Pesquisa Anual do Comércio do IBGE. Observando o gráfico 21, constata-se que a supremacia do comércio maranhense pertence ao varejo, responsável por cerca de 90% da composição da atividade.

Outra atividade que ganhou destaque no setor são as do ramo imobiliário, ocupando a terceira posição em maior expressão do grupo, o que pode ser explicado pelo crescimento da concessão de crédito e ao financiamento imobiliário, constituindo como uma das mudanças estruturais mais significativas para o Estado (IMESC, 2010).

Gráfico 21 - Números de estabelecimento comerciais no estado do Maranhão. (Unidades) – 2003 a 2013.



Fonte: Sidra – Pesquisa Anual de Comércio/IBGE. Elaborado pela autora.

Conforme dados do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, ao analisar-se as características do comércio maranhense (Quadro 04), nota-se que os artigos que mais estimularam aberturas de empreendimentos no comércio maranhense de 2010 a 2013 foram aqueles relacionados ao consumo básico familiar: vestuários, acessórios, calçados (23%) e às referentes a equipamentos de informática e comunicação (18%).

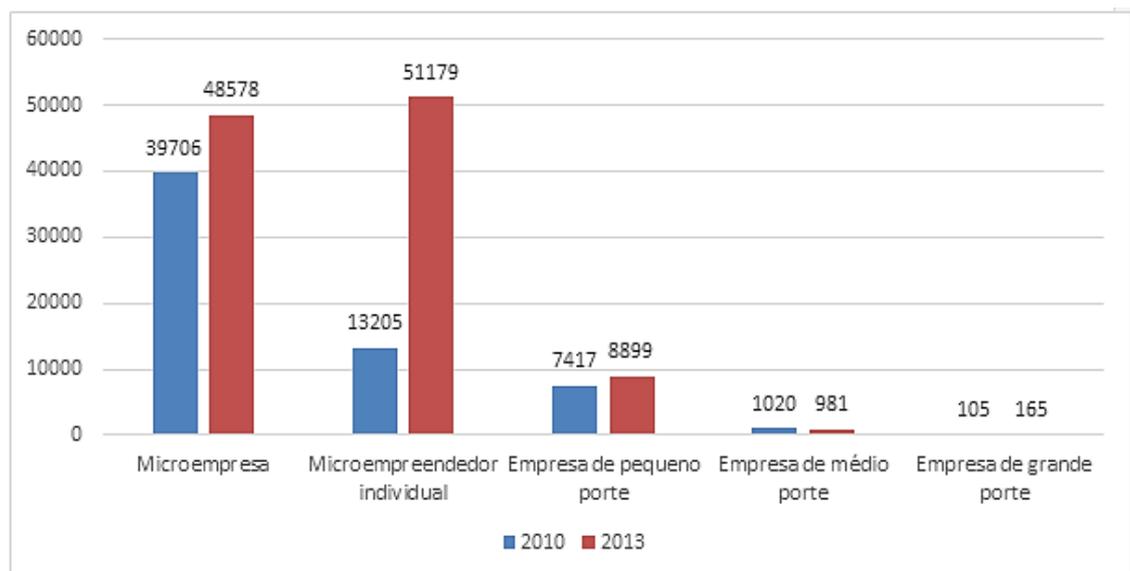
Quadro 4 - Atividades do Comércio Varejista no Estado do Maranhão (em %).

Grupos de atividade do Comércio Varejista	2010	2013
Lojas de departamento, etc.	13,7	14,1
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,1	7,7
Combustíveis para veículos automotores	4,3	3,9
Material de construção	13,1	13,3
Equipamentos de informática e comunicação	18,9	17,7
Artigos culturais, recreativos e esportivos	4,6	4,3
Produtos farm., perf. e cos. e art. Médicos	14,4	15,1
Vestuário, acessórios, calçados e outros não especificados	23	23

Fonte: SEBRAE (2014)

Desses estabelecimentos, predomina a abertura de microempreendedor individual⁸ — MEI. Ao analisar o gráfico 22, nota-se o crescimento passando de 13.205 estabelecimentos em 2010 para 51.179 em 2013. Em segundo lugar, as microempresas com um aumento de 8.872 empreendimentos no período.

Gráfico 22 - Números de estabelecimentos por porte – Maranhão de 2010 a 2013



⁸ Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. – Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>

Fonte: DATASEBRAE. Elaborado pela autora

Dessa forma, nota-se no gráfico 22, um grande aumento do número de pessoas que trabalham por conta própria. Como já foi dito anteriormente, a informalidade foi um elemento importante para a evolução do setor terciário na economia brasileira, e observa-se o mesmo rumo na economia maranhense. Na seção seguinte, será apresentada a participação do setor terciário no mercado de trabalho maranhense.

4.2.1. *Serviços e mercado de trabalho maranhense*

A transição demográfica que ocorreu na primeira década dos anos 2000 contribuiu consideravelmente para as mudanças sociais e econômicas do Estado do Maranhão, conforme explicado anteriormente. Com uma população residente mais concentrada na zona urbana, a demanda e oferta por bens e serviços aumentam, tornando-se necessário o aumento das atividades de serviços. Os dados apresentados na tabela 14 comprovam o aumento significativo do aumento populacional da zona urbana no Estado.

Tabela 14 - População Residente no Estado do Maranhão em 2000 e 2010.

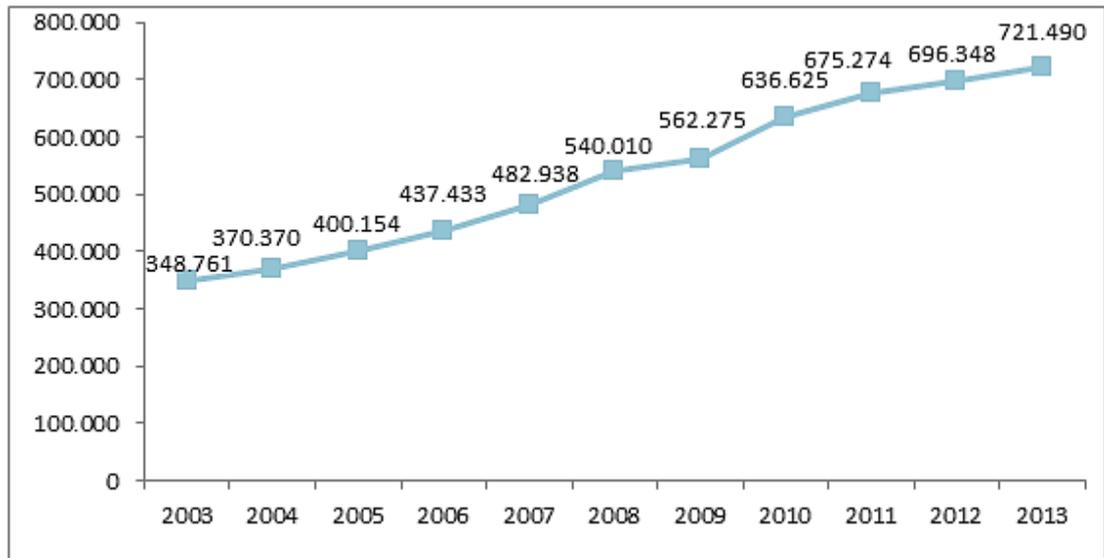
	Número Total de Habitantes	População Urbana	População Rural	P. Urbana Abs	P. Rural Abs
2000	5.651.475	3.364.070	2.287.405	59,53%	40,47%
2010	6.574.789	4.147.149	2.427.640	63,08%	36,92%

Fonte: IBGE, Censo demográfico (2000 e 2010). Elaborado pela autora.

Analisando a tabela 13, observa-se que o estado presenciou um aumento populacional de 16,34%. Enquanto a área urbana apresentou taxas positivas de 5,95%, a zona rural sofreu um decréscimo de -8,77%.

Sendo assim, verifica-se entre os anos de 2003 e 2013 um contínuo aumento nos postos de trabalho no estado. O gráfico 23 mostra que o estoque de emprego formal neste período cresceu de 348.761, em 2003 para 721.490, em 2013, uma expansão de 106,8 %, ou em termos absolutos, um aumento de 372.729 empregos formais.

Gráfico 23 - Estoque do Emprego Formal, segundo a RAIS - Maranhão - 2003 a 2013



Fonte: RAIS. Ministério do Trabalho (2015). Elaborado pela autora.

Dessa forma, outra mudança ocasionada pela transição demográfica foi no contexto setorial, ou seja, o crescimento de ocupados no setor de serviços. Como é possível observar na tabela 15, em 2003 predominavam atividades relacionadas com a agricultura, absorvendo 41,4% das ocupações. Já em 2013, nota-se a redução nas ocupações nas atividades de agricultura e o crescimento nas ocupações nas atividades de serviços. No entanto, nesse período, foram as atividades industriais que mais elevaram o número de ocupações, crescendo onze pontos percentuais no período.

Tabela 15 - Número De Ocupados no Trabalho Principal, Segundo Setor De Atividade. Maranhão - 2003 e 2013 (mil)

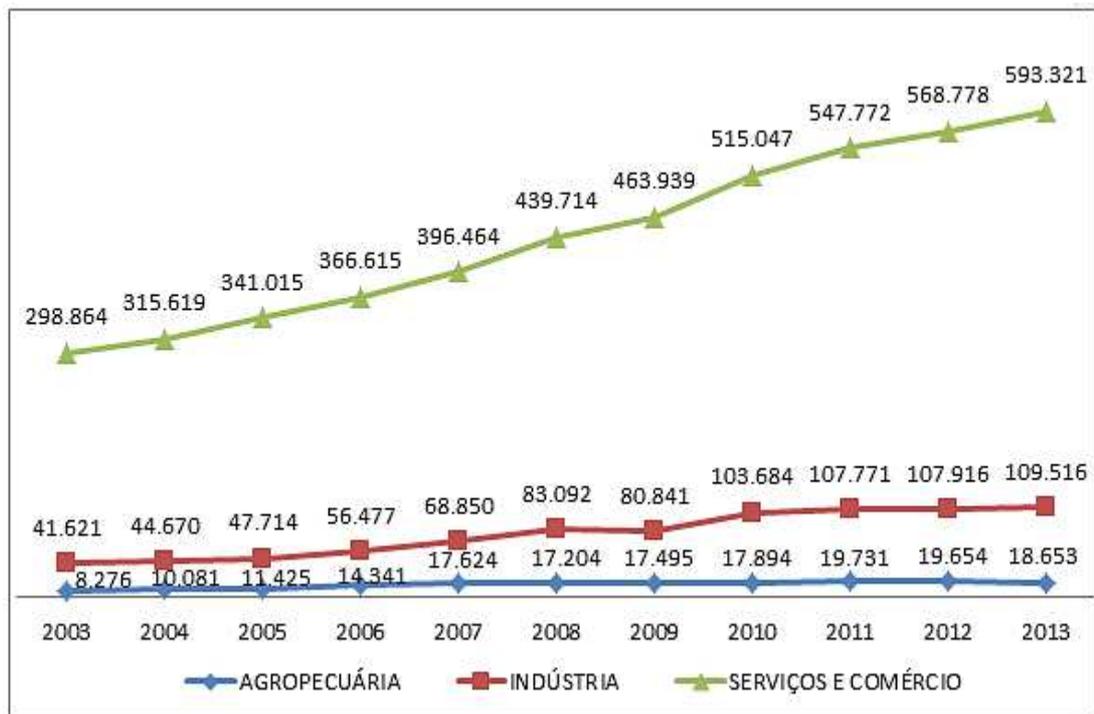
	2003	%	2013	%
Agrícola	1189	41,4%	1199	37,8%
Indústria	188	6,5%	569	17,9%
Serviços e Comércio	1147	40,0%	1408	44,3%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pela autora.

Em relação à participação dos setores econômicos na composição do emprego formal maranhense, verifica-se no gráfico 24, a absorção de grande parte dos postos de trabalho pelos

setores serviços e comércio, crescendo de 298.864, em 2003, para 593.321, em 2013, cerca de 80% do mercado formal maranhense. No entanto, apesar de continuar sendo o setor mais representativo, apresentou uma leve diminuição de sua participação entre 2003 e 2013, passando de 85,69% para 82,24%. Essa redução de participação deve-se ao aumento de postos na indústria, que aumentou de 11,93% para 15,18% no período. Em relação aos postos na agropecuária, apesar do crescimento dos números de postos de trabalho, não houve uma alteração significativa em sua participação.

Gráfico 24 - Desempenho do Emprego Formal no Maranhão, por setor econômico. 2003 a 2013.



Fonte: RAIS. Ministério do Trabalho. Elaborado pela autora.

A tabela 16 mostra a composição setorial econômica das contratações em 2003 e 2013. Nota-se que as maiores gerações de emprego de 2003 a 2013 ocorreram nos Serviços, com a criação de 102,1 mil postos de trabalhos (+121%), na Administração Pública com + 105,5 mil postos (+66,6%) e no Comércio com +86,8 mil postos (+154,8%).

No entanto, a atividade que apresentou a maior relação relativa foi a Extrativa Mineral com uma evolução de 516,58% ou, em números absolutos, +2 mil novos postos de trabalho.

Tabela 16 - Estoque de empregos formais por atividade econômica no estado do Maranhão em 2003 e 2013

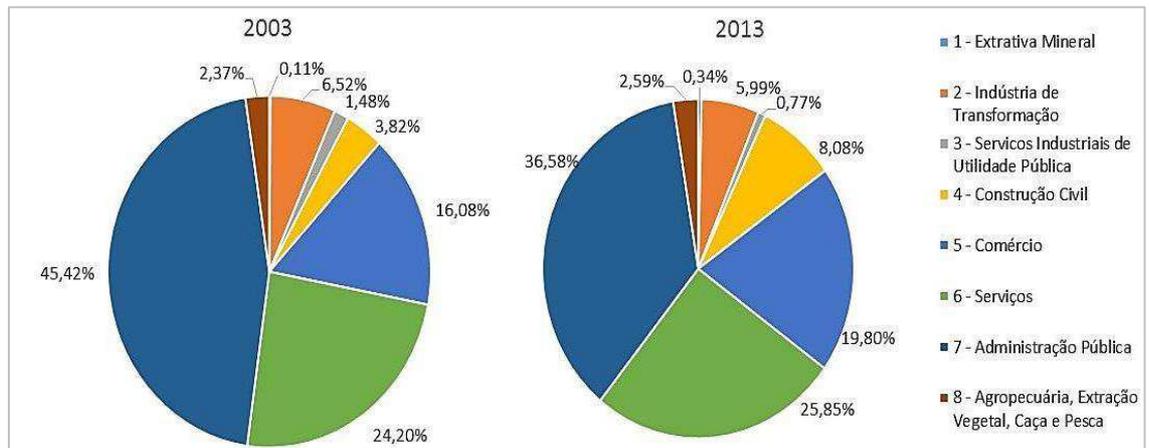
	Variação			
	2003	2013	Absoluta	Relativa (%)
1 - Extrativa Mineral	398	2.454	2.056	516,58%
2 - Indústria de Transformação	22.738	43.201	20.463	89,99%
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	5.154	5.535	381	7,39%
4 - Construção Civil	13.331	58.326	44.995	337,52%
5 - Comércio	56.072	142.878	86.806	154,81%
6 - Serviços	84.398	186.527	102.129	121,01%
7 - Administração Pública	158.394	263.916	105.522	66,62%
8 - Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	8.276	18.653	10.377	125,39%
Total	348.761	721.490	372.729	14,19

Fonte: RAIS (2003 e 2013). Elaborado pela autora.

Observando os gráficos 25 e 26, constata-se que a maior representatividade na formação de emprego do Maranhão é da Administração Pública, apesar de demonstrar queda no período (-19,46%), seguido dos Serviços que representou em 2013 cerca de 25% dos empregos formais do estado. Além disso, apresentou uma evolução de 6,82% no período. A terceira atividade de maior representatividade foi o Comércio, absorvendo 19,80% dos empregos gerados em 2013, apresentando um crescimento de 23,13%.

Além da Administração Pública, as atividades que apresentaram as maiores taxas de decréscimo na participação foram os Serviços Industriais de Utilidade Pública (-47,9%) e as Indústrias de Transformação (-8,13%).

Gráfico 25 - Estoque de empregos formais, participação por atividade econômica no estado do Maranhão – 2003 e 2013.

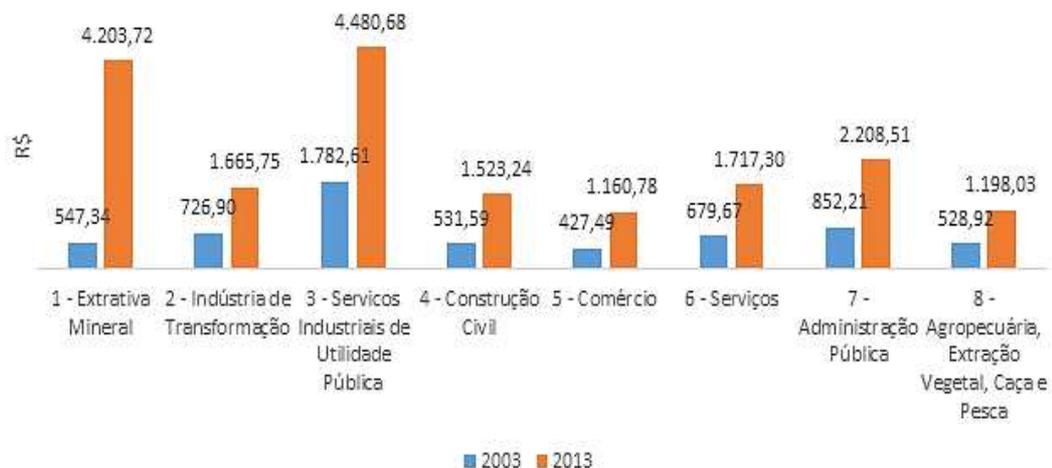


Fonte: RAIS. Ministério do Trabalho. Elaborado pela autora.

Um aumento da renda disponível do estado ao longo do período e das melhorias das condições de créditos da economia, conseqüentemente aumenta a demanda por bens e serviços. Em relação à remuneração média na economia maranhense, constata-se no gráfico 27, um aumento no período analisado em todos os subsetores econômicos.

O maior aumento da remuneração média ocorreu na Extrativa Mineral, em segundo lugar, na construção civil e em terceiro, no comércio.

Gráfico 26 - Remuneração Média Mensal Nominal em Dezembro por Setor – Maranhão, 2003 e 2013.



Fonte: RAIS. Ministério do Trabalho. Elaborado pela autora

Constata-se que a atividade com maior geração de empregos formais no estado possui a terceira maior remuneração média. Com relação aos Serviços, segunda atividade com maior estoque de empregos formais, é a quarta atividade de maior remuneração. No entanto, ao analisar a terceira atividade com maior número de estoques economia maranhense, o Comércio, nota-se que possui a menor remuneração média.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo permitiu avaliar minuciosamente o desenvolvimento do setor no estado do Maranhão, entre os anos de 2003 e 2013, evidenciando sua relevância para a economia maranhense. Ressalta-se que a análise tem um caráter investigativo, coube aqui, retratar e levantar dados para o entendimento comportamental do setor terciário.

Inicialmente, em relação às teorias econômicas foi possível compreender que as análises sobre o setor terciário foram extremamente carentes ao longo da história. No entanto, vem se tornando corrente para acompanhar o crescimento a nível mundial das atividades de serviços. Constata-se também que as características, assim como suas classificações, foram gargalos notáveis na construção de pesquisas e elaboração de teorias. Sendo assim, por ser um setor tão diverso necessita de investigações regulares que acompanhem seu desenvolvimento.

Diante disso, foi realizada uma análise da origem e evolução recente do setor de serviços no Brasil que, apesar de tardio, comparado com o desenvolvimento do setor em outros países, foi possível apurar que houve de fato uma reestruturação produtiva, ou seja, o processo de servitização da economia. Tal progresso possibilitou o aprofundamento de estudos para a mensuração do setor no contexto macroeconômico.

Examinando o comportamento do setor a nível regional, constata-se a superior representatividade do setor no Valor Adicionado Bruto de todas as regiões. A reestruturação que o país sofreu posicionou o setor terciário no centro de debates sobre desenvolvimento econômico, produtividade e mercado de trabalho.

Visando a conjuntura nacional do setor de serviços, acredita-se na necessidade de um diagnóstico detalhado das atividades no estado do Maranhão. Concluiu-se que entre os anos de 2003 e 2013, a transição demográfica que ocorreu no estado viabilizou o aumento de demanda por bens e serviços, fazendo com que o setor terciário conquistasse a maior evolução, sendo o setor que mais contribuiu no Valor Adicionado Bruto, crescendo cinco pontos percentuais.

Além disso, a análise do VAB das regiões do estado mostrou o crescimento do setor de serviços em todas as mesorregiões. Ou seja, apesar das particularidades regionais, o desenvolvimento do setor terciário no Maranhão, ocorreu de forma homogênea. Destacando-se o Norte maranhense, a mesorregião mais rica do estado possui um setor de serviços mais desenvolvido. Dessa forma, nota-se que neste caso, o Maranhão também seguiu a tendência nacional, em que a região mais desenvolvida – Sudeste, apresenta a mais alta participação do

setor. Mostra-se portanto que quanto mais rica e desenvolvida uma região mais desenvolvido e participativo é o seu setor de serviços.

Em relação ao mercado de trabalho maranhense, verifica-se que é o setor de maior geração de empregos, considerando a administração pública e o comércio. Ao longo do período estudado, foi comprovado que o setor terciário foi responsável por mais 50% dos postos de trabalhos formais do estado. Em relação à renda, percebe-se o contraste do setor, como consequência de sua heterogeneidade, apresentando ao mesmo tempo, atividades com alta remuneração, como da Administração Pública e a atividade comercial com a remuneração mais baixa.

Portanto, pode-se entender, de acordo com dados analisados, que para o mercado de trabalho maranhense, o setor de serviços se estabelece como setor principal para geração de emprego e um dos mais para influentes para geração de renda no estado do Maranhão.

Comprovou-se que o setor terciário foi o setor que mais evoluiu e contribuiu para o estado nos anos de 2003 e 2013, seja no valor adicionado bruto, seja em termos de geração de empregos e renda, evidenciando a relevância do setor de serviços para a economia maranhense. Percebe-se, conseqüentemente, a importância de estudos frequentes sobre o setor de serviços no estado do Maranhão.

6. REFERÊNCIAS

ARBACHE, Jorge. Indústria ou serviço. Valor Econômico, abril de 2015. Disponível em < <http://arbatche.com/blog/industria-ou-servicos/> > Acessado em 22 de abr. de 2017.

ARBACHE, Jorge. Produtividade no Setor de Serviços. Cap 10. In: NEGRI, F; CAVALCANTE, L. R. Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes. Brasília: ABDI: IPEA, 2015. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150831_livro_produtividade_v2.pdf > Acesso em 16 de abr. de 2017.

ARBACHE, Jorge. Serviços e Prosperidade. Valor Econômico, 12/12/2014. Disponível em < <http://economiadeservicos.com/wp-content/uploads/2015/06/servic3a7os-e-prosperidade-valor-12dezembro2014.pdf> > Acesso em 22 de jun. de 2017.

BASTOS, Suzana Q.A; PEROBELLI, Fernando S; SOUZA, Kênia B. O Dinamismo do Setor de Serviços e sua Interação com o Setor Industrial: Uma Análise para a Região Sudeste no período pós Plano Real. ANPEC. Juiz de Fora, 2008. Disponível em < <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807191729230-.pdf> > Acesso em 24 de fev. de 2017.

BASTOS, Suzana Q.A; SOUZA, Kênia B; MACIEL, Michelle T. Setor de Serviços em Juiz de Fora: Uma Análise Comparativa Entre Os Principais Municípios Mineiros. Juiz de Fora, 2008. Disponível em < http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A041.pdf > Acesso em 21 de fev. de 2017.

BORTOLUZI, Clodoaldo. Dinâmica Econômica, Trabalho e Competividade. Auriús - Revista de Ciências Humanas e Artes. Vol 13, Nº 1. Campina Grande, janeiro/julho de 2007. Disponível em < http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v13n1/07_arius_13_1_dinamica_economica_trabalho_e_competitividade.pdf > Acesso em 18 de jun. de 2017.

CARDOSO, Verônica L. O Setor de Serviços no Brasil: Uma abordagem regional. Dissertação (Pós-Graduação em Economia Aplicada). Faculdade de Economia. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG): 272 p, 2014. Disponível em < <http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2016/01/Dissertação-Verônica-Lazarini-Cardoso.pdf> > Acesso 09 de jul. de 2017.

CARDOSO, Verônica L; ALMEIDA, Eduardo. Evolução e dinâmica espacial do setor de serviços e sua relação com o setor industrial. Revista de História Econômica e Economia Aplicada. Vol 8. Nº 15, julho-dezembro de 2013. Disponível em < http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Cardoso_Almeida-2013_15.07para-pdf.pdf > Acesso em 15 de jun. de 2017.

CASTRO, Lavinia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90. (1990 – 1994). In: GIAMBIAGI, F. et al. Economia brasileira contemporânea: 1945

– 2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod_resource/content/1/GIANBIAGI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%2C%202A%20ED_.pdf > Acesso em 24 de abr. de 2017.

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO – CONCLA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em < <http://concla.ibge.gov.br/estrutura/atividades-economicas-estrutura/cnae> > Acesso em 1 de mai. de 2017.

DATASEBRAE – Disponível em < <http://sistema.datasebrae.com.br/#sebrae!!==QX9JSYp12bu92YF9CdmVGbvMWasJWdw9y cyV2c19SZhJnYIN3L092byJiOigGdhBnIsIiUFRETPZki6ISZwlHdis3W> > Acesso em 21 de jun. de 2017.

DIEL, Adriana da Silva; KROETZ, Marilei; A Evolução do Setor Terciário da Cidade de Rio Do Sul – Sc: Uma Análise Do Período 1995-2005. II Encontro de Economia Catarinense - Artigos Científicos. Santa Catarina, 2008. Disponível em < http://www.apec.unesc.net/II%20EEEC/sessoes_tematicas/Regional/Artigo5.pdf > Acesso em 08 de jul. De 2017.

FILHO, Jomar Fernandes Pereira Filho. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 25 a 28 agosto de 2015. Universidade Federal do Maranhão – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís, 2015. Disponível em < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo1/formacao-economica-do-maranhao-superexploracao-e-estado-oligarquico-como-entraves-ao-desenvolvimento.pdf> > Acesso em 7 de jun. de 2017.

GALINARI, R; RODRIGUES, J; JUNIOR, T. Serviços: conhecimento, inovação e competitividade. BNDES Setorial 39, p,235-280, 2014. Disponível em < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3907.pdf > Acesso em 7 de mai. de 2017.

GONZALES, Erica. O processo de industrialização dos serviços. Blog - Economia de Serviços: Um espaço para debate, março de 2017. Disponível em < <http://economiadeservicos.com/2017/03/28/o-processo-de-industrializacao-dos-servicos/> > Acessado em 22 de abr. de 2017.

HERMANN, J. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et al. Economia brasileira contemporânea: 1945 – 2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod_resource/content/1/GIANBIAGI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%2C%202A%20ED_.pdf > Acesso em 24 de abr. de 2017.

HOLANDA, Felipe de Macedo. Os Economistas: David Ricardo - Princípios de economia política e tributação. Apresentação de autoria. São Pulo: Nova Cultura LTda, 1996. Disponível em <

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3306564/mod_resource/content/1/ricardo%20%281996%29%20principios%20de%20economia%2C%20politica%20e%20tributacao.pdf > Acesso em 9 de jul. de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Demográfico 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> > Acesso em 20 de jun. de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Contas Nacionais. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2014/default.shtm> >.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Contas Regionais. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2013/default_xls.shtm >.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatísticas. Pesquisa Anual de Serviços, 1999. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analisepas99.shtm> > Acesso em 16 de mar. de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm> > Acesso em 22 de abr. de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em < http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=11 > Acesso em 7 de abr. de 2017.

IMESC - INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. Anuário Estatístico do Maranhão 2010. v.4, p. 1-791. São Luís, 2010. Disponível em < <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/32/83> > Acesso 15 de jun. de 2010.

IMESC - INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão 2010. São Luís, 2012. Disponível em < <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/18/1> > Acesso 20 de jun. de 2010.

KON, Anita. Características econômicas das indústrias de serviços no Brasil: uma comparação entre empresas de capital estrangeiro e de capital nacional. Cap 05. In: NEGRI, J.A; KUBOTA, L. C. Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil. Brasília: IPEA, 2006. 502 p. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5513 > Acesso 14 de mai. de 2017.

KON, Anita. Economia de Serviços: teoria e evolução no Brasil: Inclui uma análise sobre o impacto do setor de serviços no desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KON, Anita. Evolução do setor terciário brasileiro. Relatório de Pesquisa nº 14. São Paulo: EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisa e Publicações, 1996. Disponível em <

<http://gvpesquisa.fgv.br/publicacoes/gvp/evolucao-do-setor-terciario-brasileiro> > Acesso em 18 de abr. de 2017.

KON, Anita. O debate teórico sobre a indústria de serviços no século XX. In: _____ et alli. (Org.). Pesquisas em economia industrial, trabalho e tecnologia . São Paulo: [S.n.], 2004. Disponível em < http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_anitakon.pdf > Acesso em 11 de mar. de 2017.

MACHADO, Rosaly; REIS, Prof. Dr. Dalcio Roberto dos; PILLATI, Prof. Dr. Luiz Alberto. A Intangibilidade dos serviços. – São Paulo. XIII SIMPEP, 2006. Disponível em < http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/803.pdf > Acesso em 21 de fev. de 2017.

MELO H. P.; ROCHA, C.F.L.; FERRAZ, G.; SABBATO, A.D.; DWECK, R.H. É Possível uma política para o setor de serviços? . IPEA – Texto para Discussão N° 457. Rio de Janeiro 1997. Disponível em < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2050/1/td_0457.pdf > Acesso: 15 de fev. de 2017.

MELO, H.P et al. O Setor de Serviços no Brasil: Um Visão Global – 1985/95. IPEA – Texto para Discussão N° 549. Rio de Janeiro, março de 1998. Disponível em < http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0549.pdf > Acesso em 21 de abr. de 2017.

MESQUITA, Benjamin Alvo de. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: As mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. Brasília – DF. IPEA: CODE, 2011. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/artigos.html> > Acesso em 9 de jun. de 2017.

PANORAMA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SERVIÇOS – 2015. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, 2015. Disponível em < http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/scs/decin/Estat%C3%ADsticas_de_Com%C3%A9rcio_Exterior/2015/Panorama_Oficial_2015_-_Com_Capa.pdf > Acesso em 9 de jul. de 2017.

PAULA, Ricardo Z. A; HOLANDA, F.M. Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 6. N° 10 Jan-Jun de 2011. São Luís, 2011. Disponível em < <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ATT00290zimbr%C3%A3o-para-pdf.pdf> > Acesso em 11 de jun. de 2017.

PORTELLA, Fernanda. A Contribuição do Setor de Serviços Ao Crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro. São Paulo, 2008. 70p. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas. Fundação Armando Alvares Penteado – Faculdade de Economia, 2008. Disponível em < http://www.faap.br/pdf/faculdades/economia/monografia/ciencias-economicas/2008/fernanda_portella.pdf > Acesso em 18 de mai. de 2017

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Ministério do trabalho, 2015. Disponível em < <http://pdet.mte.gov.br/rais/rais-2013> >.

SANTOS, J. L. et al. Ativos intangíveis: fonte de vantagem competitiva. Porto Alegre, v. 6, n. 10, 2º semestre 2006. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11227> > Acesso em 21 de fev. de 2017.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Disponível em < <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXjczQxMDdlaXR8Z3g6NThjNGM2MWIwYTlkMmM3Mg> > Acesso em 14 de fev. de 2014.

SEBRAE/MA - – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão. Monitoramento Dos Indicadores Das Mpe's Do Comércio Do Estado Do Maranhão, julho de 2014. São Luís, 2014. Disponível em < http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MA/Estudos%20e%20Pesquisa/Com%C3%A9rcio%20-%20julho_14.pdf > Acesso em 18 de jun. de 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no estado do Maranhão. São Luís, 2011. Disponível em < http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/Plano_Estadual_do_Maranhxo.pdf > Acesso em 10 de jul. de 2017.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Pesquisa Anual do Comércio. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pac/quadros/brasil/2014>>. Acesso em 19 de jun. de 2017.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Valor Adicionado Bruto. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/Busca?q=valor%20adicionado> >

SILVA E MEIRELLES, Dimária. Características das firmas e dos setores de serviço segundo o processo de trabalho. In: Joao Alberto De Negri; Luis Claudio Kubota. (Org.). Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil. Brasília: IPEA, 2006, v., Cap. 10. p.349-375. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capitulo_10_dimaria.pdf> Acesso em 19 de fev. de 2017.

SILVA E MEIRELLES, Dimária. Conceito de serviço. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 26, nº 1 (101), pp. 119-136, janeiro/março de 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a07v26n1.pdf> > Acesso em 11 de fev. de 2017.

SILVA E MEIRELLES, Dimária. Serviços e Desenvolvimento Econômico: Características e Condicionantes. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano X. Nº 17. Janeiro de 2008. Salvador, 2008. Disponível em < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1022> > Acesso em 23 de jun. de 2017.

SILVA, A.M; KUBOTA,L.C; GOTTSCHALK, M.V; MOREIRA, A, S.V. Economia de Serviços: Uma Revisão de Literatura. Texto para Discussão N° 1173. IPEA. Brasília, abril de 2006. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1173.pdf > Acesso em 5 de fev. de 2017.

SILVA, C. M; FILHO, N. M; KOMATSU, Bruno; Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira - Centro de Políticas Públicas – Insper. São Paulo, p.04, 2016. Disponível em < <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/Abordagem-sobre-Setor-Servicos-Economia-Brasileira.pdf> > Acesso em 24 de mar. de 2017.

SILVA, Ricardo Azevedo. Evolução recente do terciário (serviços) no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia, Campinas, SP: [s.n.] 2009. Disponível em < http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285625/1/Silva_RicardoAzevedo_D.pdf > Acesso em 9 de mai. de 2017.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS. Revista SIMBRACS – 2ª ed. Relatório das Atividades do SIMBRACS, maio 2014. Disponível em < [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e31a56de3018aef982783c881ae53c28/\\$File/4857.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e31a56de3018aef982783c881ae53c28/$File/4857.pdf) > Acesso em 27 de mai. de 2017.

SOUSA, E. A.S; NÓREGA, K.C; SANTOS, K.A.S. Servitização: A Crescente Importância da oferta de serviços na indústria. SIMPOIS - Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. São Paulo, 2014. Disponível em < http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2014/artigos/E2014_T00223_PCN75132.pdf > Acesso em 22 de abr. de 2014.

SOUZA, Jane Mary Gondim de. Desconcentração de serviços de alto nível em Fortaleza. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.